

Espaço Diálogos Inteligentes

**CONTRIBUTO DA EDR PARA A
OPERACIONALIZAÇÃO DO
PARPA-II:
OPORTUNIDADES
CONSTRANGIMENTOS
e
DESAFIOS**

António Francisco

30.08.2006



Grupo Moçambicano da Dívida



FDC

Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade



kepa

Espaço Diálogos Inteligentes

Proposta de agenda

Ciclo de debate: PARPA II

Tema específico do debate:

O contributo da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) na operacionalização do PARPA II: oportunidades, constrangimentos e desafios.

Hora	Actividade	Intervenientes
14:30-14:45	Apresentação dos participantes	Dr. Amade Sucá
14:45 -14:55	Apresentação da iniciativa Espaço Diálogos Inteligentes - EDI	Sr. Hermenegildo Mulhovo
14:55– 15:25	EDR: Oportunidades, constrangimentos e desafios.	Dr. Francisco António
15:25-15:45	Comentários específicos sobre a EDR	UNAC, CTA e Dr. Nuno Castel Branco.
15:45 -16:45	Perguntas, respostas e debate	Sr. Amade Suca
16:45– 17:00	Comentários finais	Sr. Paula Monjane

SUMÁRIO DA APRESENTAÇÃO

Para a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), que se encontra em processo de elaboração e será, eventualmente, aprovada pelo Governo ainda em 2006, desenvolvimento rural é o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

A sigla EDR é usada num duplo sentido: 1) Processo real de transformação socioeconómica pro-rural da acumulação de riqueza nacional, e 2) Produto ou documento de referência e acção estratégica.

Em conformidade com o tema do debate solicitado, esta apresentação focaliza-se nos seguintes:

1. Contexto da EDR: O que é e para que serve uma estratégia?
2. O que distingue a Agenda 2025, o PARPA e a EDR?
 - 2.1. A Agenda 2025: Cenários possíveis no futuro de Moçambique
 - 2.2. O PARPA II (Objectivo, metas) e o DESENVOLVIMENTO RURAL
 - 2.3. Os atributos de uma estratégia
 - 2.4. As categorias essenciais duma estratégia
3. Situação recente e desafios que justificam a EDR
 - 3.1. O que é o desenvolvimento rural?
 - 3.2. Situação recente do meio rural: 7 aspectos principais
 - 3.3. Análise SWOT (pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças)
 - 3.4. Cadeia de valor e determinantes da mudança do padrão de acumulação

4. Visão, Objectivos Estratégicos e Prioridades da EDR

4.1. Visão da EDR até 2025

4.2. Objectivos Estratégicos para uma Mudança Pro-rural do Padrão de Acumulação

5. Prioridades Temáticas e Objectivos Específicos da EDR

6. Financiamento, Alocação de Recursos e Investimento Rural

6.1. Investimento público e privado nacional: enquadramento da EDR

6.2. Vantagens regionais comparativas: carteira de projectos âncora indicativos

6.3. Coordenação, monitoria, avaliação e etapas da EDR

Apreciando o actual documento da EDR, a ideia que prevalece é que a principal função e utilidade da EDR é de contribuir para que as políticas e os instrumentos de planeamento sejam consistentes com uma perspectiva de transformação pro-rural do padrão de criação de riqueza em Moçambique.

Tal ideia não é imediatamente aparente tanto na Agenda 2025 como no PARPA. A Agenda 2025 é um documento panorâmico, um documento que nos coloca perante os cenários de desenvolvimento possíveis, desde os menos aos desejáveis. Qual deles acabará por prevalecer, o tempo dirá, mas muito irá depender das forças e interesses que irão prevalecer: os de grupos de interesses particulares ou grupos específicos, ou os interesses representativos da maioria da sociedade?

O PARPA II, tal como o PARPA I, como o nome indicado, é um plano de acção nacional. Não é uma Estratégia, no sentido de instrumento que procura atingir objectivos num ambiente reconhecido como conflitual ou competitivo. Para o PARPA, na verdade, o que importa é o crescimento económico rápido, independentemente da sua natureza.

Neste contexto, a EDR surge com o propósito explícito de qualificar o desenvolvimento nacional, garantido que este seja predominantemente pró-rural.

Aqui está a grande diferença em relação ao PARPA e a EDR e, em particular, desta última operacionalizar e qualificar o primeiro.

Para que o desenvolvimento rural em Moçambique seja sustentável, não apenas a curto prazo, mas a longo prazo, é indispensável que se produzam mudanças substanciais no padrão de acumulação na economia nacional. Mudanças a favor dum envolvimento eficaz e eficiente da economia rural. Aqui reside a essência e, de facto, a excelente oportunidade para uma estratégia de desenvolvimento rural.

A Visão da EDR identifica a meta em vista, e o tipo e natureza das mudanças ambicionadas para o meio rural, até 2025.

A Visão é, de seguida, concretizada e detalhada em cinco objectivos estratégicos. A EDR equaciona alguns cenários possíveis de crescimento económico nacional, comparando os que são predominantemente pro-urbanos com o tipo de cenário pro-rural.

No fundo, a EDR mostra que o cenário pro-rural é, em termos económicos e sociais, o mais competitivo, estável e atractivo para a economia nacional e desenvolvimento humano virtuosos de Moçambique.

Inevitavelmente, a visão e os objectivos estratégicos da EDR tem as suas implicações financeiras, em termos de investimento público e privado.

Com base nas projecções equacionadas na EDR, por volta de 2025, o produto interno bruto (PIB) de Moçambique poderá variar entre 30 e 60 mil milhões de dólares americanos.

A explicação para esta grande variação encontra-se precisamente no grau de sucesso que for conseguido na transformação da economia rural e contributo desta para a criação da riqueza nacional.

Quanto maior for o contributo da economia rural, mais robusta e dinâmica poderá tornar-se a economia moçambicana, incluindo a própria economia urbana.

Por volta de 2025, o investimento em capital poderá atingir entre 10 a 25 mil milhões de USD. Se o investimento se aproximar dos 25 mil milhões de USD, maior será a possibilidade do PIB de Moçambique ser dez vezes maior do que é na actualidade; ou seja, rondar pelo menos os 60, em vez dos 30, mil milhões de dólares americanos.

Para isso, a EDR identifica, em termos de implementação operacional, vantagens comparativas regionais específica, às quais se associa uma carteira de projectos âncora rurais indicativos. No total, são identificados cerca de seis dezenas de projectos, distribuídos pelas regiões Sul, Centro e Norte do País.

A visão estratégica para o desenvolvimento rural em Moçambique na EDR é ambiciosa, mas realizável e encontra-se ao alcance das capacidades e vontade dos moçambicanos em prosperar e melhorar a sua vida.

Se a EDR for implementada com sucesso, por volta de 2000 o desenvolvimento humano nas áreas rurais de Moçambique será, pelo menos, três vezes superior ao nível registado em 2005. O padrão de vida rural, medido pelo PIB rural per capita, terá aumentado pelo menos dez vezes em relação ao ano 2000. E, se tal acontecer, dentro de duas décadas, as áreas rurais moçambicanas deverão entrar na faixa do desenvolvimento humano médio, em termos da classificação internacional actualmente reconhecida.

1. Contexto da EDR: O que é e para que serve uma estratégia?

- Não sendo nós (técnicos, investigadores, planeadores e intelectuais) estrategas, no sentido etimológico do termo grego - *stratos* (exército) e *agein* (conduzir); condutores ou chefes de exército – não será paradoxal andarmos, há quase seis anos, a tentar esboçar uma estratégia de desenvolvimento rural?
- À primeira vista, sim, parece um paradoxo. Porém, temos que entender a forma como se faz política em Moçambique. Os detentores do poder permitem-nos, ou põe-nos a debater, divagar, auscultar, cogitar ... por vezes, até à exaustão. No processo dos nossos debates, dependendo da correlação de forças, os decisores exercem os seus desígnios, em conformidade com as suas motivações, interesses, preconceitos e compromissos.
- Neste contexto, para os técnicos e intelectuais acabará por ser paradoxal que tentem esboçar estratégias, desde que, no final, consigam convencer os decisores e detentores de poder (políticos e governantes) a DECIDIREM E COMPROMETEREM-SE com os OBJECTIVOS e PRINCÍPIOS relevantes para a sociedade, em geral, e neste caso específico, do desenvolvimento rural de Moçambique, em particular.

1. Contexto da EDR: O que é e para que serve uma estratégia?

Para que este debate seja inteligente, útil e interessante; para que não se caia no pântano da charlatanice ou da trivialidade, convém que se comece por determinar o palco, o móbil e a essência duma Estratégia; neste caso, a Estratégia de Desenvolvimento Rural.

1. O palco duma estratégia:

- Patel (2005: 74) argumental que “A estratégia tem fundamentalmente que ver com a diferença. Consequentemente, a estratégia nega a igualdade, a busca da igualação e a crença numa só resposta”.
- De forma mais incisiva, Abreu (2004) defende que o palco da estratégia é sempre a realidade conflitual ou competitiva dominante na sociedade.

2. O móbil ou fim duma estratégia – é a conservação e sobrevivência dos seus actores e beneficiários, a qual conduz à confrontação de ameaças e opositor (es) que tentam impor a sua vontade, ao mesmo tempo que o agente estratégico, numa incessante dialéctica de rivalidade e antagonismo, procura impor-lhe a sua.

1. Contexto da EDR: O que é e para que serve uma estratégia?

- 3. A essência da Estratégia** - a dialéctica em relação a um Outro, ou a oposição dum vontade adversa, relativamente à qual tentamos obter superioridade. Tal vontade adversa, por sua vez, empenha-se em submeter-nos aos seus desígnios, e para o evitarmos, definimos uma estratégia;
- **O cerne da Estratégia reside** na combinação de meios com objectivos em oposição ou, no mínimo, concorrência face a um Outro, situação geradora de ameaças que contrariam a acção empreendida, que têm de ser superadas, num jogo sucessivo de decisões inter-condicionadas, de acção e reacção, de parada e respostas e que só termina com a definição de um vencedor/vencido ou com um compromisso/negociação.

1. Contexto da EDR: Em suma, o que é e para que serve uma estratégia?

Só tem sentido criar uma estratégia quando é preciso conquistar ou resgatar vantagens, desafiar antagonismos desvantajosos e ameaças. Enfim, quando é preciso confrontar um *Outro* e esbarrar contra *Algo*.

Estratégia é a ciência e a arte que, em função das finalidades da organização, estabelece objetivos e gera, estrutura e utiliza recursos, a fim de se atingirem tais objetivos, **num ambiente conflitual ou competitivo.**

... não existe estratégia, mas apenas conduta política geral, quando não corremos o risco de esbarrar com o *Outro*.

(Abreu, 2002: 33).

1. Contexto da EDR: Em suma, o que é e para que serve uma estratégia?

A realidade está cheia de oportunidades, mas também carregada de ameaças e perigos.

Para ajuizar quem será bem-sucedido, avalie quem tem poder, quem tem objectivos e quem tem princípios. É nas interacções destes três factores que operam os Estrategos Mestres e os Estrategos Iluminados

Na intersecção de poder e princípios encontra-se a força que é impulsionada pela crença em si própria e pela crença de que o que é “certo” está do seu lado;

Na intersecção de poder e objectivos encontra-se o poderio a esforçar-se por adquirir mais poderio.

Na intersecção de objectivos e princípios encontra-se a luta entre forças determinadas que crêem em si próprias, mas que não possuem poder de execução

2. AGENDA – PARPA - EDR

- O conteúdo destes 3 instrumentos (Agenda 2025, PARPA e EDR) proporcionam uma boa base para se entender as OPORTUNIDADES, os CONTRANGIMENTOS E os DESAFIOS do desenvolvimento rural em Moçambique.

TABELA 1: Comparação dos Pilares da Agenda 2025 e do PARPA II com os Objectivos Estratégicos da EDR		
Agenda 2025	PARPA II	EDR
1. Capital Humano	2. Capital Humano	4. Capital humano, Inovação e tecnologia
2. Capital Social		3. Capital Social, Eficácia e Eficiência Institucional
3. Economia e Desenvolvimento	3. Desenvolvimento económico	1. Competitividade, Produtividade e Acumulação de Capital Rural
4. Governação	1. Governação	5. Boa Governação e Planeamento para o Mercado
	4. Assuntos Transversais:	
	- Género - HIV-SIDA - Ambiente	2. Gestão (Produtiva e Sustentável) de Recursos Naturais e Ambiente
	- Segurança alimentar e nutrição - Ciência e Tecnologia - Desenvolvimento rural - Calamidades - Desminagem	

2.1 A AGENDA 2025: Cenários Possíveis para o Futuro de Moçambique

A Agenda 2025 é o documento de referência mais consensual, actualmente disponível, mas o desafio na prática fica por resolver pelo jogo de forças em disputa e competição na sociedade.

Como é que a Agenda 2025 irá ser implementada pelas diferentes forças políticas e representantes da sociedade? Eis a grande questão e desafio.

Neste contexto, o PARPA é um, mas apenas um, instrumento de implementação da Agenda 2025. Mas que via e para onde irá conduzir-nos? Por que caminhos nos irá levar? Em que direcção?

Entre as muitas possibilidades, vale a pena recordar, a partir Agenda 2025, os quatro cenários possíveis que identificou:

2.1 A AGENDA 2025: Cenários Possíveis para o Futuro de Moçambique

AGENDA 2025 - Cenários

CENÁRIO DO CABRITO



O Cenário do Cabrito é o cenário do aumento da corrupção, da intolerância, da exclusão social e do eventual retorno da guerra. Neste cenário a variável determinante cujo retrocesso tem implicações significativas sobre o futuro é o da deterioração das condições que envolvem a variável determinante Paz e Estabilidade Social.

2. CENÁRIO DO CARANGUEJO



Neste cenário cada actor anda aos zig-zags, ou tão depressa vai para a frente como retrocede, provocando crises cíclicas, seguidas de momentos de recuperação lenta e ténue devido à desestruturação causada pela crise. Aqui, simulou-se as consequências que advêm de alterações significativas na variável determinante Democracia e da Participação.

2.1 A AGENDA 2025: Cenários Possíveis para o Futuro de Moçambique

CENÁRIO DO CÁGADO



Com este cenário, alguns dos factores crescem mais que outros, desequilibrando o crescimento. É um cenário melhor que o actual, mas no qual ainda prevalecem grandes assimetrias e desigualdades. A simulação teve como ponto de partida a melhoria significativa da variável determinante Competitividade e Transformação Tecnológica e tudo que a ela diga respeito, independentemente, da qualidade de vida da maioria dos cidadãos.

CENÁRIO DA ABELHA



É o cenário da inclusão, da unidade, da tolerância, do máximo uso das capacidades de cada actor, da harmonia e do crescimento consistente. Este cenário foi construído a partir da hipótese de que o desempenho das variáveis determinantes Paz e Estabilidade Social, Democracia e Participação, Competitividade e Transformação Tecnológica são positivo e, por consequência, verifica-se um crescimento significativo nas variáveis do Capital Humano e do Capital Social.

2.2. O PARPA II (Objectivos, Metas) e DESENVOLVIMENTO RURAL

Objectivos

- A redução dos níveis de pobreza absoluta, e;
- A promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente.

Metas:

1. O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta para 2006-2009 (PARPA II) do Governo de Moçambique tem em vista alcançar o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009.

Sector Real

113. O cenário base projecta taxas de crescimento económico que estão em média acima de 7% até 2009 e de 6.5% em 2010-14 (Tabela 7). Os sectores da agricultura, comércio, e transportes desempenham um papel importante no crescimento, contribuindo para a integração da economia nacional.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PLANO DE ACÇÃO
PARA A REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA
2006-2009
(PARPA II)

Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros
aos 02 de Maio de 2006

2.2. O PARPA II (Objectivos, Metas) e DESENVOLVIMENTO RURAL

iv. Desenvolvimento Económico

Objectivos

- O desenvolvimento rural;
- Propiciar o desenvolvimento do empresariado nacional, e;
- A criação de um ambiente favorável ao investimento.

PLANO DE ACÇÃO
PARA A REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA
2006-2009
(PARPA II)

188. O PARPA II identifica oito assuntos transversais, nomeadamente:

- a) Género;
- b) HIV/SIDA;
- c) Ambiente;
- d) Segurança Alimentar e Nutricional;
- e) Ciência e Tecnologia;
- f) Desenvolvimento Rural;
- g) Calamidades;
- h) Desminagem.

Pelo menos no **parágrafo 264**, refere-se ao conteúdo do draft da EDR, incorporando o essencial dos objectivos estratégicos propostos para a Estratégia de Desenvolvimento Rural:

1. Contrariar o êxodo rural devido à falta de oportunidades locais;
2. Contribuir para a manutenção do crescimento económico rápido e abrangente;
3. Alternar o padrão de acumulação de capital na economia nacional;
4. Romper o ciclo vicioso da pobreza humana rural, através da melhoria da produtividade, competitividade, eficiência e qualidade do capital humano.

2.2. O PARPA II (Objectivos, Metas) e DESENVOLVIMENTO RURAL

6. Desenvolvimento Rural

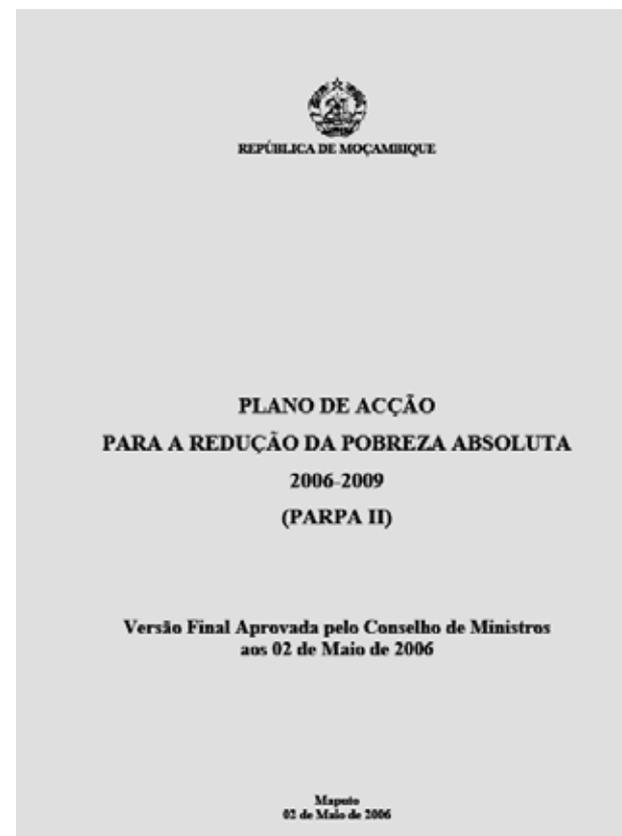
231. O desenvolvimento rural pretende assegurar o envolvimento activo e directo das famílias rurais pobres no crescimento rápido da economia Moçambicana e garantir que a economia agrária contribua directamente para a redução da pobreza em Moçambique. A maioria dos pobres em Moçambique vive nas zonas rurais.

232. Existem pelo menos cinco factores determinantes do desenvolvimento rural:

- a) Um dos eixos cruciais no desenvolvimento é a íntima interdependência entre as comunidades rurais, os centros urbanos e o mercado global, a qual se insere numa economia nacional aberta ao mundo. Em outras palavras, o desenvolvimento económico e social das áreas rurais não é sinónimo de desenvolvimento agrícola; o padrão de vida da família rural depende da complexa relação entre a produção familiar e trabalho assalariado, agrícola e não-agrícola;
- b) A população rural pobre só conseguirá romper o ciclo vicioso da pobreza se contribuir e beneficiar do crescimento económico nacional;
- c) O ritmo do desenvolvimento rural depende directamente do nível do investimento concentrado no fomento do capital rural, nomeadamente: humano, financeiro, comercial, intelectual e social, e;
- d) O investimento público deve priorizar o desenvolvimento da capacidade produtiva rural, infra-estruturas e serviços básicos e institucionais.

233. O desenvolvimento rural ocupa um lugar de destaque nas agendas sobre o desenvolvimento económico e social do país, pois em 2003, 64,3% da população

Moçambicana era rural. Nessas regiões, a pobreza está de alguma forma associada ao fraco desenvolvimento da agricultura, infra-estruturas rurais, e mercados. Por outro lado persiste uma fraca disponibilidade de instituições financeiras e a alta vulnerabilidade.



2.2. O PARPA II (Objectivos, Metas) e DESENVOLVIMENTO RURAL

Em termos sumários, tanto a Agenda 2025 como o PARPA, não asseguram que o desenvolvimento de Moçambique seja inclusivo e abrangente da economia rural.

Pelo contrário. Observando a experiência passada, o que se pode prever é que o futuro da economia nacional não seja pro-rural. Não o foi nas décadas passadas e muito pouco existe que assegure que, no futuro, será diferente.

O PARPA II, tal como o PARPA I, é um plano de acção nacional. Não é uma Estratégia, no sentido de instrumento que procura gerar mudanças pro-rurais, num ambiente reconhecidamente conflitual ou competitivo. Para o PARPA, na verdade, o que mais importa é o crescimento económico rápido nacional, independentemente da sua natureza.

Ora, o crescimento rápido a nível nacional é necessário, mas isso não é suficiente. É preciso qualificar e assegurar que tal crescimento seja abrangente, socialmente equilibrado e inclusivo da maior parte do país⁹e da população de Moçambique.

2.2. Os Atributos Duma Estratégia

Sendo a EDR uma estratégia de âmbito nacional, e não meramente empresarial, os seus atributos são os seguintes:

- 1. Cumpre objectivos inscritos numa missão definida por uma autoridade superior, neste caso o Governo em exercício;**
- 2. Materializa-se num confronto mediado pelo mercado, sem uso da força física, mas numa competição por diversas vias (políticas, económicas, culturais, organizacionais e individuais);**
- 3. Está sujeita a constrangimentos de natureza legal;**
- 4. O destinatário da acção estratégica constitui uma variável de algum modo exógena ao processo de formulação e execução estratégica. Não fixa a missão estratégica, mas no caso da EDR o destinatário é auscultado e envolvido no processo de formulação.**

2.4. As Categorias Essenciais duma Estratégica

Categorias	Conteúdo e Característica
1. Os objectivos – o quê?	<p>Que interesses se pretende promover? Objectivos que, uma vez alcançados, contribuam decisivamente para garantir superioridade relativamente ao opositor, isto é, objectivos que permitem alterar a nosso favor a relação de forças. Objectivos com significado estratégico são que, em caso de vitória, proporcionam uma ruptura no sistema de força adverso: 1) Reduzir vulnerabilidades ou pontos fracos e contrariar ameaças; 2) Promover potencialidades ou pontos fortes e aproveitar oportunidades.</p>
2. Os adversários – contra quem?	Quais os agentes e ...
3. As ameaças – contra quê?	... quais os acontecimentos que revelam capacidade para impedir a satisfação dos interesses e objectivos fixados?
4. Os meios – com quê?	Os limites impostos pelo potencial que se pode efectivamente utiliza: Produtivos, Financeiros, Comportamentais, Qualidade de liderança.
5. Os aliados – com quem?	Agentes com quem incrementar o relacionamento reforçará os meios potenciais disponíveis? Isto é particularmente útil para o mais fraco, numa situação de inferioridade – apoiar e dissuadir os adversários.
6. O espaço , ou o lugar – onde?	Local mais apropriado para intervir?
7. O momento mais apropriado para a intervenção – quando?	Momento mais apropriado para intervir? Os prazos críticos e risco – decisão, execução, timing e horizonte temporal.
8. As modalidades de acção mais adequadas – como?	<p>Como intervir? Existem duas variáveis com elevado poder operativo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A liberdade de acção (elevada, suficiente e reduzida) 2. A relação de forças (superioridade e inferioridade) – ou posição do actor em relação ao Outro, dependendo dos meios disponíveis.
9. A informação de suporte as categorias anteriores	O valor das opções relativas a cada uma destas categorias depende da quantidade e da qualidade da informação que o actor estratégico consegue colher e interpretar correctamente – a inevitabilidade de tomar decisões num clima de incerteza resulta precisamente do facto de nunca ser possível atingir o ideal da informação perfeita.

3. Definição de desenvolvimento rural e razões da EDR

A DEFINIÇÃO de DESENVOLVIMENTO RURAL no documento da EDR:

O processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que vivem nas áreas rurais

3. Razões para uma EDR: panorama da situação actual e desafios futuros nas zonas rurais

Quais as evidências reunidas na EDR que sustentam a pertinência, urgência e necessidade dum Estratégia de Desenvolvimento Rural?

O que justifica que, em vez dum mero plano de acção, o Governo opte por um instrumento **que propõe esbarrar, confrontar, desafiar, colidir e mudar o estado actual de coisas no meio rural?**

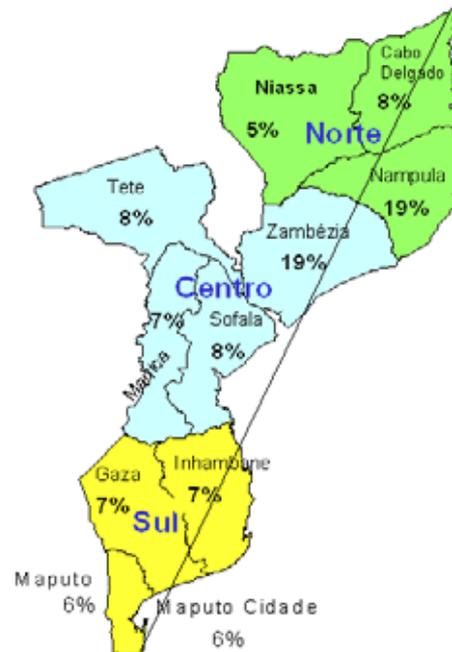
1º - Mais 9 milhões de Moçambicanos até 2025

Nas próximas duas décadas, Moçambique registrará um acréscimo populacional de 9 milhões de pessoas, adicionados aos 19,5 milhões existentes actualmente. Assim, por volta de 2025, o País terá cerca de 28,5 milhões de habitantes.

Tabela 2: Superfície Total; Projecção da População e da Densidade Populacional por Regiões e Províncias, Moçambique, 2005 e 2025						
Região/ Província	Superfície (Km2)	População 2005 (1000 hab.)	População 2025 (1000 hab.)	Densidade Popul.		
	(%)	(%)	(%)	(%)		
Total	799,380	19,420	28,542	36		
Rural		12,050	12,427	44%		
Urbana		7,370	16,115	56%		
Norte	293,292	37%	6,293	32%	9,345	33%
Niassa	129,061		999		1,526	12
Cabo Delgado	82,625		1,617		2,289	28
Nampula	81,606		3,676		5,530	68
Centro	335,406	42%	8,180	42%	12,084	42%
Zambézia	105,008		3,710		5,376	51
Tete	100,724		1,512		2,284	23
Manica	61,656		1,320		2,036	33
Sofala	68,018		1,638		2,388	35
Sul	170,682	21%	4,948	25%	7,113	25%
Inhambane	68,615		1,381		1,998	29
Gaza	75,709		1,305		1,879	25
Maputo Prov.	26,058		1,045		1,510	58
Maputo Cid.	300		1,217		1,726	5,754

Nota: Projecção entre 2015 e 2025 com base na taxa de crescimento de UN, 2006
 Fonte: INE, 2004; UN, 2006: <http://esa.un.org/unpp>

Figura 1: Distribuição percentual da população de Moçambique 2005



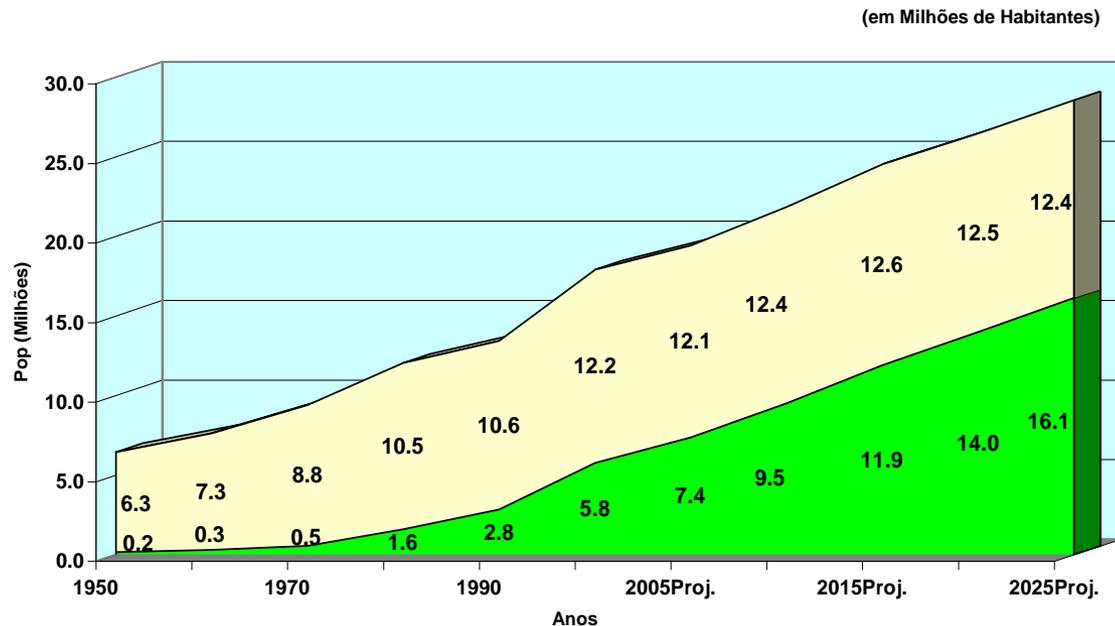
As cores apenas se destinam a distinguir as três regiões.

2º - Êxodo Rural Põe em Risco Futuro da Economia Rural

A Figura 2 resume as tendências demográficas da urbanização e migrações, denunciando uma forte debilidade da economia rural

1. Dentro de 15-20 anos a população urbana será maior que a população rural;
2. A fecundidade rural é de 6,6 filhos por mulher, contra 4,4 filhos por mulher nas áreas urbanas;
3. Já o agregado familiar, por exemplo em Maputo, tem 6.4 pessoas, contra 5,6 no resto do urbano e 4.5 no rural.

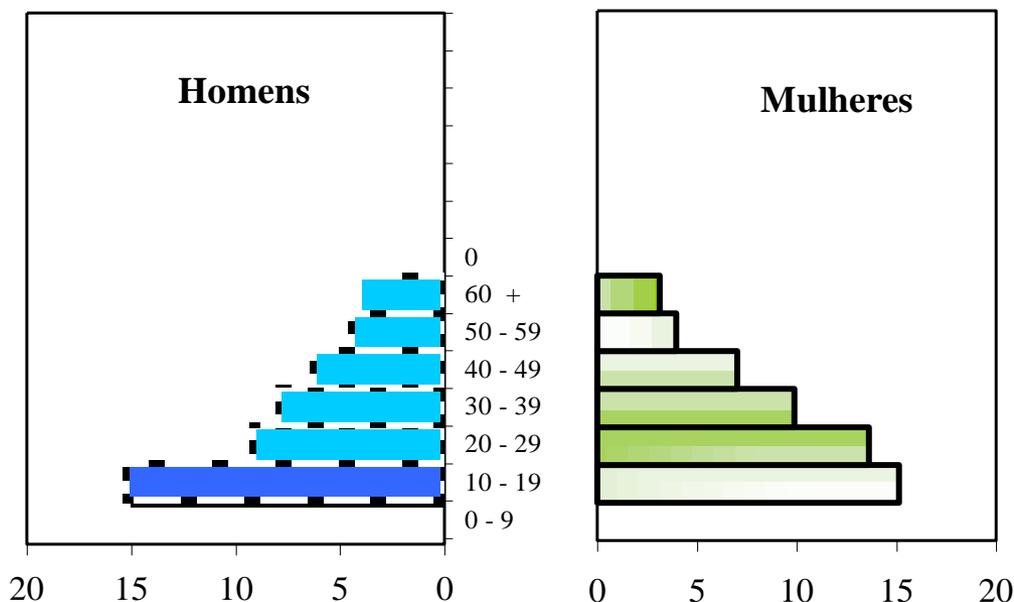
Figura 2: Evolução da População Urbana e Rural, 1950-2025



3º - Um terço dos Camponeses Tem Menos de 19 anos de Idade

33% dos 10-19 anos
23% dos 20-29 anos,
18% de 30-39 anos;
13% de 40-49 anos;
8% de 50-59 anos e
7% com 50 e +

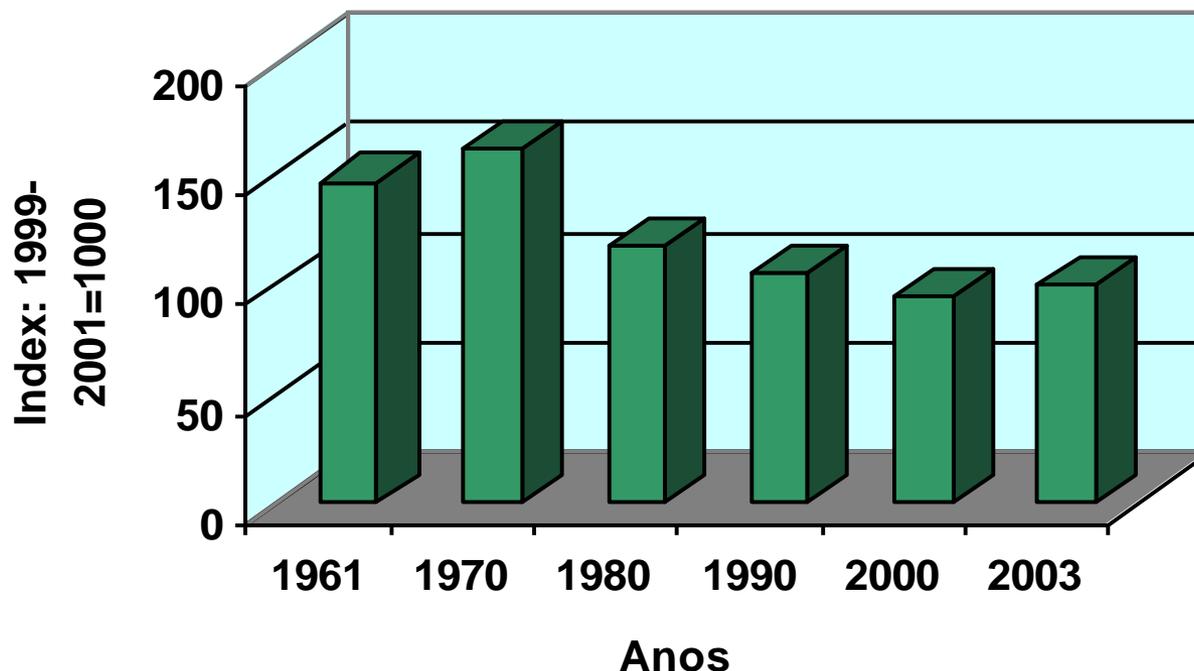
Figura 3: Trabalhadores Rurais em Actividades Agro-pecuárias por Sexos e Idades, Moçambique 2000-01



Fonte: INE, 2002:2

4º - Produtividade e a Produção Agrícola Rural estão ainda no nível do início da década 1950!

Figura 14: Evolução da Produção Agrícola per Capita em Moçambique, 1961-2003

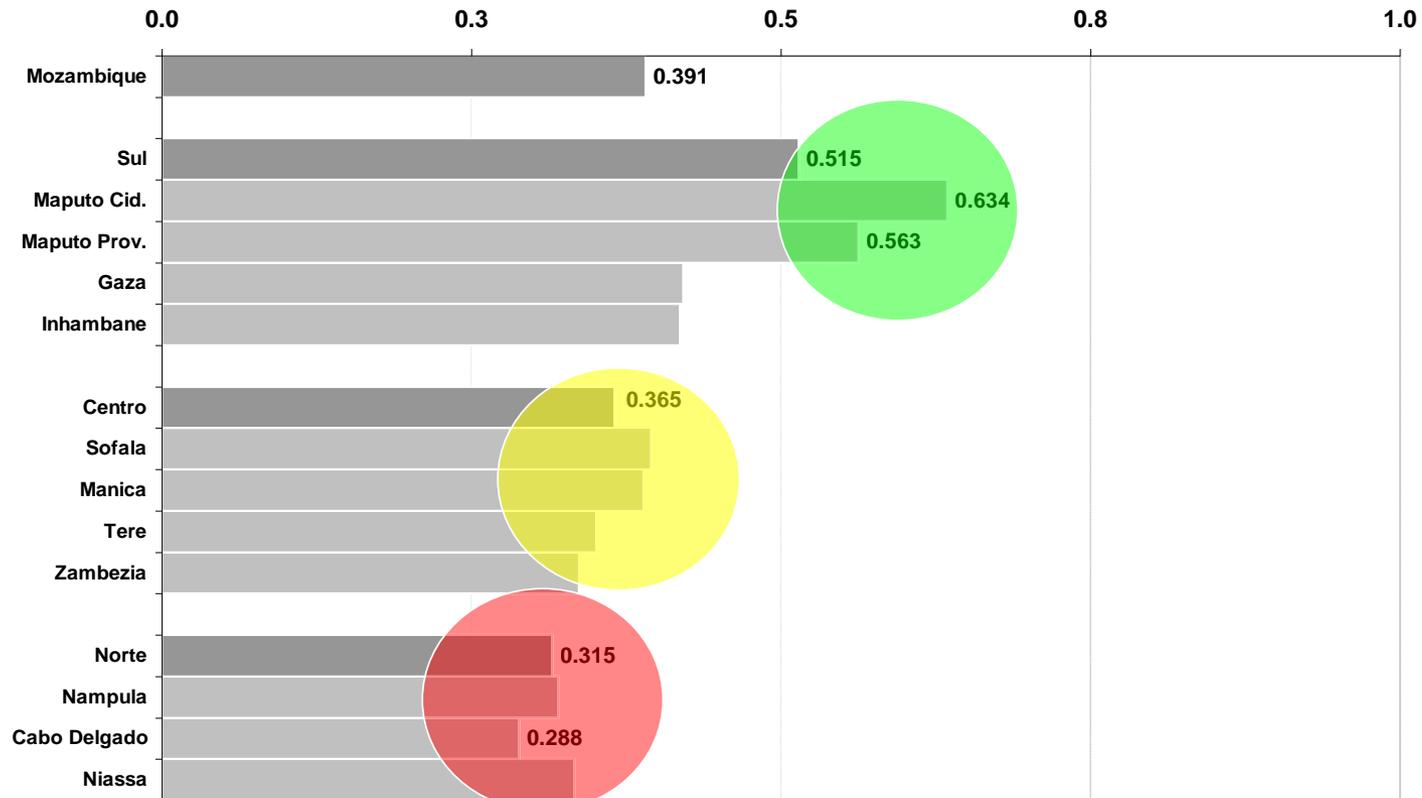


Fonte: FAO, 2006

5º CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO RURAL

O Desenvolvimento humano tem melhorado, mas encontra-se muito diferenciado e desigual: Maputo no nível médio e, o resto do País, no nível baixo ou muito baixo do desenvolvimento humano.

Figura 5: Média do Desenvolvimento Humano Provincial em Moçambique, 2000-04



6º - Situação do desenvolvimento e da POBREZA HUMANA nas áreas rurais

Na EDR usamos tanto o conceito de pobreza absoluta como o de pobreza humana. Este último é mais abrangente das dimensões do desenvolvimento (esperança de vida, conhecimento e padrão de vida).

Componentes do Índice de Pobreza Humana Rural, 2000-2004				
DIMENSÃO	<u>Uma vida longa e saudável</u>	<u>Conhecimento</u>	<u>Um Nível de Vida Digno</u>	
INDICADOR	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (62%)	Taxa de analfabetismo de adultos(% 15 anos e mais) (55%)	Percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água potável (76%)	Percentagem de crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) (24%)
			Privação de um Nível de vida digno (50%)	
	Índice de Pobreza Humana em Moçambique (IPH-1) (56%)			

7º - POBREZA ABSOLUTA E POBREZA HUMANA RURAL

A Pobreza Humana tem reduzido, mas por enquanto só Maputo, Gaza, Sofala e Manica estão a baixo da média nacional (56,2%). O desafio da zonas rural para sair da armadilha da pobreza é grande, dependendo fortemente tanto da zona urbana como da ajuda externa.

Figura 6: Índice de Pobreza Humana por Províncias, Moçambique 2000-04

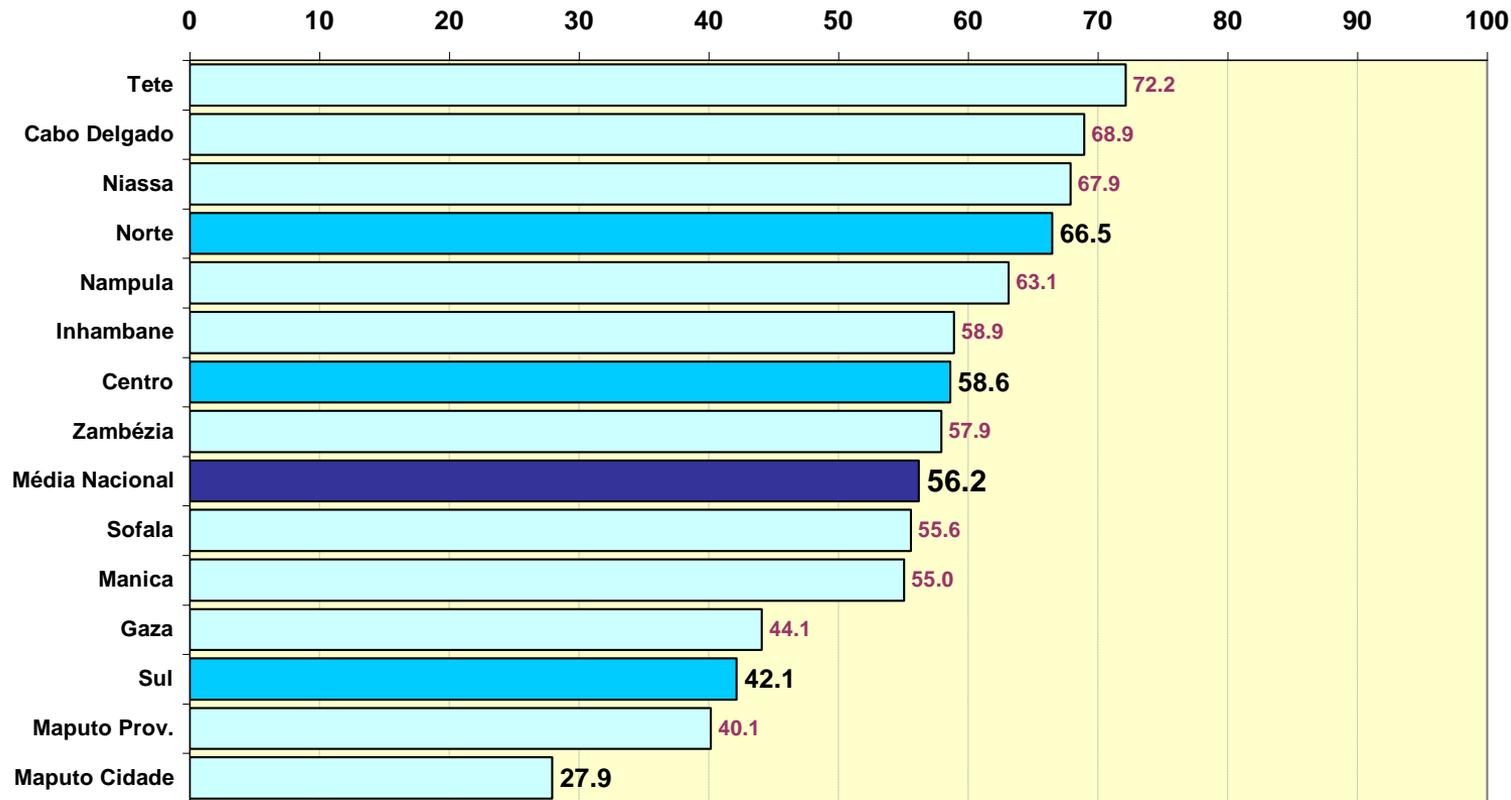


Tabela 3: Análise SWOT sobre o Desenvolvimento Rural em Moçambique

Pontos Fortes

Estabilidade política e social, bem como necessidade de sobrevivência e conservação da riqueza rural.

Uma das economias com maior crescimento em África, 8-10% ao ano nos últimos 5 anos, que poderá acelerar o crescimento se conseguir uma economia rural competitiva.

Governo comprometido com o esforço de crescimento económico rápido ambiente de negócios dinâmico e competitivo.

Atitude governamental tolerante e de respeito pela diversidade cultural e religiosa da população.

Iniciativas do Governo no tocante a desconcentração vão permitir acelerar o ritmo do desenvolvimento rural (CCD e FIL).

Está em curso a implementação da Estratégia Global de Reforma no Sector Público (EGRSP).

Ameaças/Adversários

Êxodo rural massivo por falta de oportunidades locais, com destaque para a “fuga” de algumas das pessoas mais qualificadas.

Natureza negativa e desfavorável do padrão de acumulação dominante na economia rural.

Elevadas vulnerabilidades e risco de desastres naturais, incluindo cheias e secas, ciclones e sismos, que retardam o retorno dos capitais investidos.

Instabilidade política nos países vizinhos e no sub-continente que podem prejudicar o ambiente de investimento na África Austral.

Concorrentes comerciais com maior competitividade, ou burocratas urbanos e agentes vários a nível rural que beneficiam com o estado actual de subdesenvolvimento e sub-gestão no campo.

Práticas e crenças locais anti-crescimento económico e melhoria das condições de vida local, incluindo recurso ao roubo ou a praticas de feitiçaria para prejudicar as pessoas que investem no bem-estar pessoal e familiar ao nível das suas áreas residenciais.

Tabela 3: Análise SWOT sobre o Desenvolvimento Rural em Moçambique

Pontos Fracos

Fracas infra-estruturas, tanto físicas (comunicações, electricidade, etc.) como institucionais (legais, administrativas, etc.).

Baixo nível de capital humano, produtividade e formação técnico-profissional.

Desigualdade de género e desvantagens da mulher nas oportunidades de acesso a recursos diversos.

Fraca investigação e divulgação científica sobre produtos e práticas agrícolas.

Política fiscal não é favorável ao sector privado produtivo, e a contribuição fiscal do meio rural é baixa.

Baixa renda per capita, fraco poder de compra e procura e falta de capital financeiro rural.

Congestionamento de alguns mercados rurais.

Elevados custos de transacção no campo.

Fraca motivação do sector privado, nomeadamente do sector bancário, para investir na zona rural.

Fraca sensibilidade e percepção dos riscos associados à manutenção e conservação do ambiente.

Oportunidades

Ampla diversidade natural e económica, com vantagens comparativas intra e inter-regionais.

Bom relacionamento com entidades internacionais e investidores relevantes para futuro crescimento.

Elevado potencial agrícola e ampla variedade de recursos florestais, pesqueiros e minerais inexplorados (gás, areias pesadas, minerais semi-preciosos, energia hidráulica) e turísticos, para um uso sustentável e viável.

Compromisso com acordos e organismos regionais (SADC, NEPAD) e internacionais importantes (AGOA, MDG's, OMC).

Alteração na legislação com vista a melhorar o ambiente de negócios e crescimento económico sustentável.

Possibilidade de acesso a mercados regionais potencialmente significativos, em termos demográficos e procura.

DETERMINANTES Da MUDANÇA DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO NACIONAL

Figura 7: Fluxo dos Determinantes de Mudança Pró-Rural do Padrão de Desenvolvimento de Moçambique

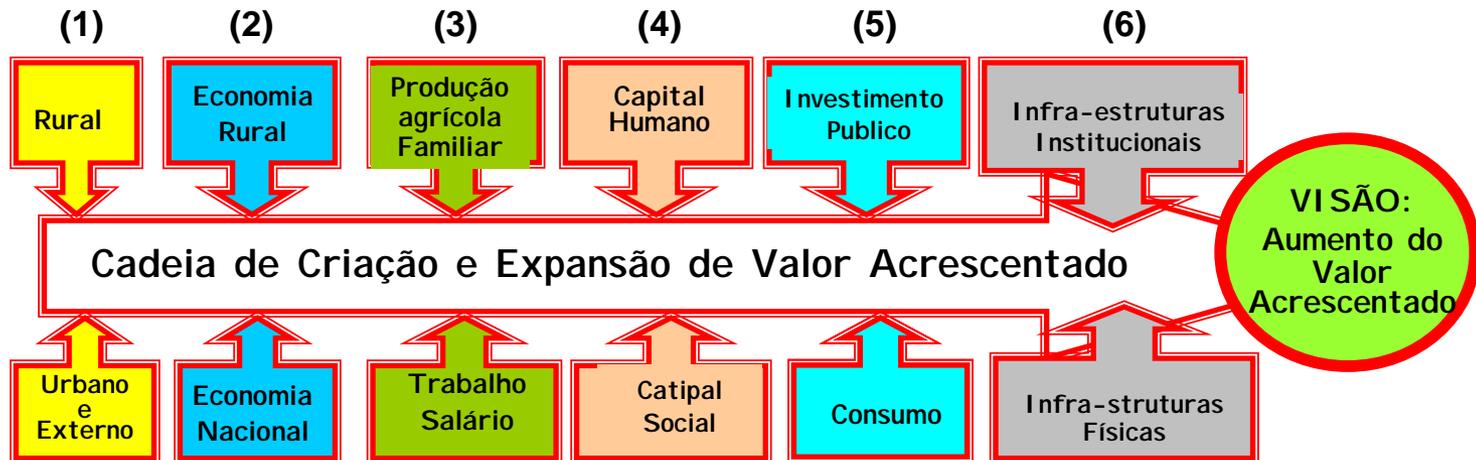


Tabela 4: Factores Determinantes de Mudança do Padrão de Desenvolvimento em Moçambique

Determinantes	Conteúdo e Característica
1. Interdependência rural — urbana – internacional	É no (e do) campo que a maioria dos moçambicanos ainda vive, mas o futuro de Moçambique é tornar-se cada vez mais urbanizado. Uma dúvida importante: que tipo de urbano? Neste contexto, o desenvolvimento rural articula-se intimamente ou é dependente do mercado urbano e internacional.
2. Crescimento económico nacional e crescimento da economia rural	No passado, a criação de riqueza nacional teve como fonte principal as zonas rurais, enquanto o destino dos benefícios da acumulação rural migrava, quer para os centros urbanos quer para o exterior do País. Esta contradição constituiu o cerne principal dos problemas nas áreas rurais, incluindo o intenso êxodo rural.
3. Produção familiar e trabalho assalariado	O padrão de acumulação de capital financeiro e produtivo na família rural necessita de ser alterado, tomando em consideração a complexa mas crucial relação entre os sistemas de (re) produção familiar e trabalho assalariado, agrícola e não-agrícola. A relação emprego/trabalho por conta própria tem que passar para o centro das políticas, evitando-se a visão voluntarista e ilusória que todo o produtor familiar vive na subsistência ou pode ser empresário.
4. Capital humano e Capital Social	O ciclo vicioso da pobreza rural só pode ser rompido se as áreas rurais se tornarem economicamente atractivas e os recursos humanos produtivos e capacitados. O investimento no capital humano e capital deve ir além do tradicional capital financeiro e comercial, incluindo a melhoria da participação das comunidades, a descentralização do poder de decisão e responsabilização individual e social, o capital intelectual e cultural.
5. Investimento produtivo e Consumo	O investimento público deve respeitar a equidade no fomento da capacidade produtiva nacional, tomando em consideração a diversidade regional, a especialização regional e distrital na base das suas vantagens comparativas. É preciso equilibrar o investimento produtivo e o consumo, garantindo a melhoria do bem-estar imediato e expandindo as oportunidades de maior crescimento.
6. Infra-estruturas: físicas e institucionais	A melhoria das infra-estruturas contempla dois tipos de infra-estruturas: físicas (comunicações, escolas, saneamento, unidades sanitárias, electrificação, etc.) e institucionais (administração, instrumentos legais, comunicação, etc.).

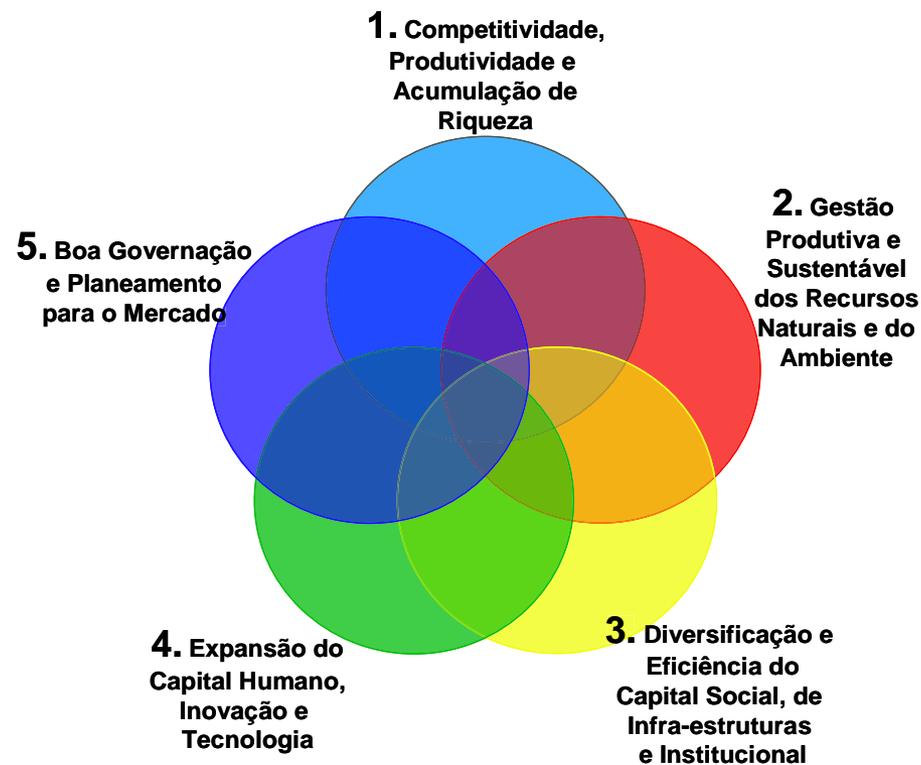
**VISÃO,
OBJECTIVOS
E PRIORIDADES
DA EDR**

VISÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL ATÉ 2025

Por volta de 2025 o desenvolvimento humano nas áreas rurais de Moçambique será três vezes superior ao registado em 2005, entrando assim na faixa do desenvolvimento humano médio, derivado da transformação do padrão de acumulação na economia nacional, através duma economia rural mais competitiva e sustentável, ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA EDR

Figura 7: Diagrama dos Objectivos Estratégicos do Desenvolvimento Rural em Moçambique, 2006-2025



**PRIORIDADES TEMÁTICAS
E OBJECTIVOS
ESPECÍFICAS
DA EDR**

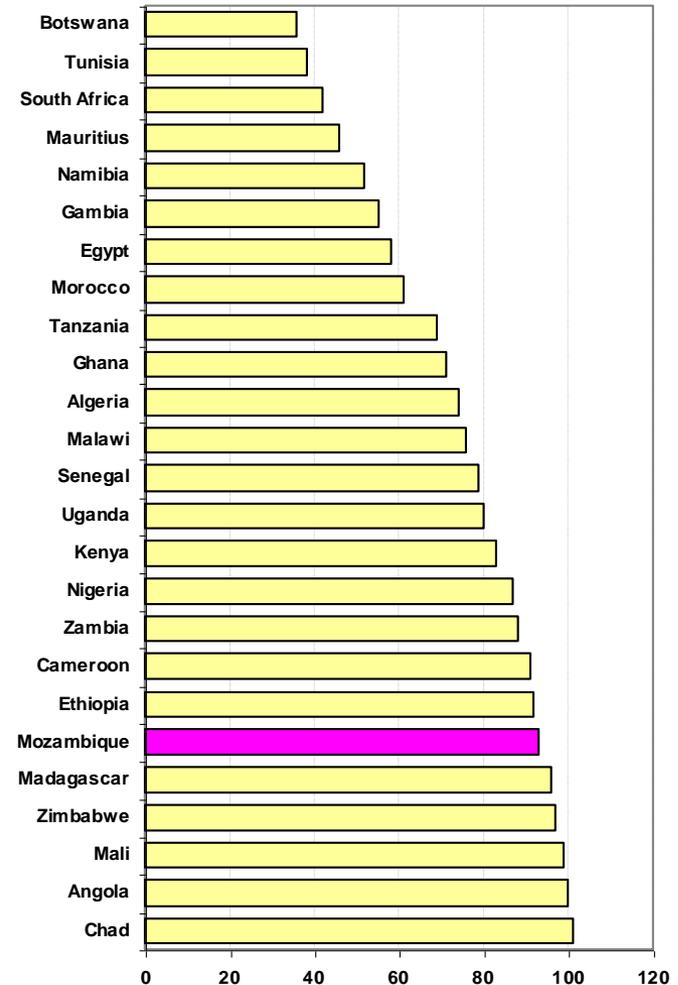
1.

COMPETITIVIDADE, PRODUTIVIDADE E ACUMULAÇÃO RURAL

1.1 Tornar a Economia Rural Competitividade

A **competitividade** surge na EDR, como o motor da acumulação de capital na economia rural e a **produtividade** o seu principal combustível

Figura 11: Posição de Moçambique n índice de Competitividade em Africa, 2004



DESAFIO de CRESCIMENTO:

Crescimento Pro-Rural Duradoiro e Sustentável, Cenário Possível e Desejável

Na última década, o padrão de vida rural rondou uma média de \$150 USD.

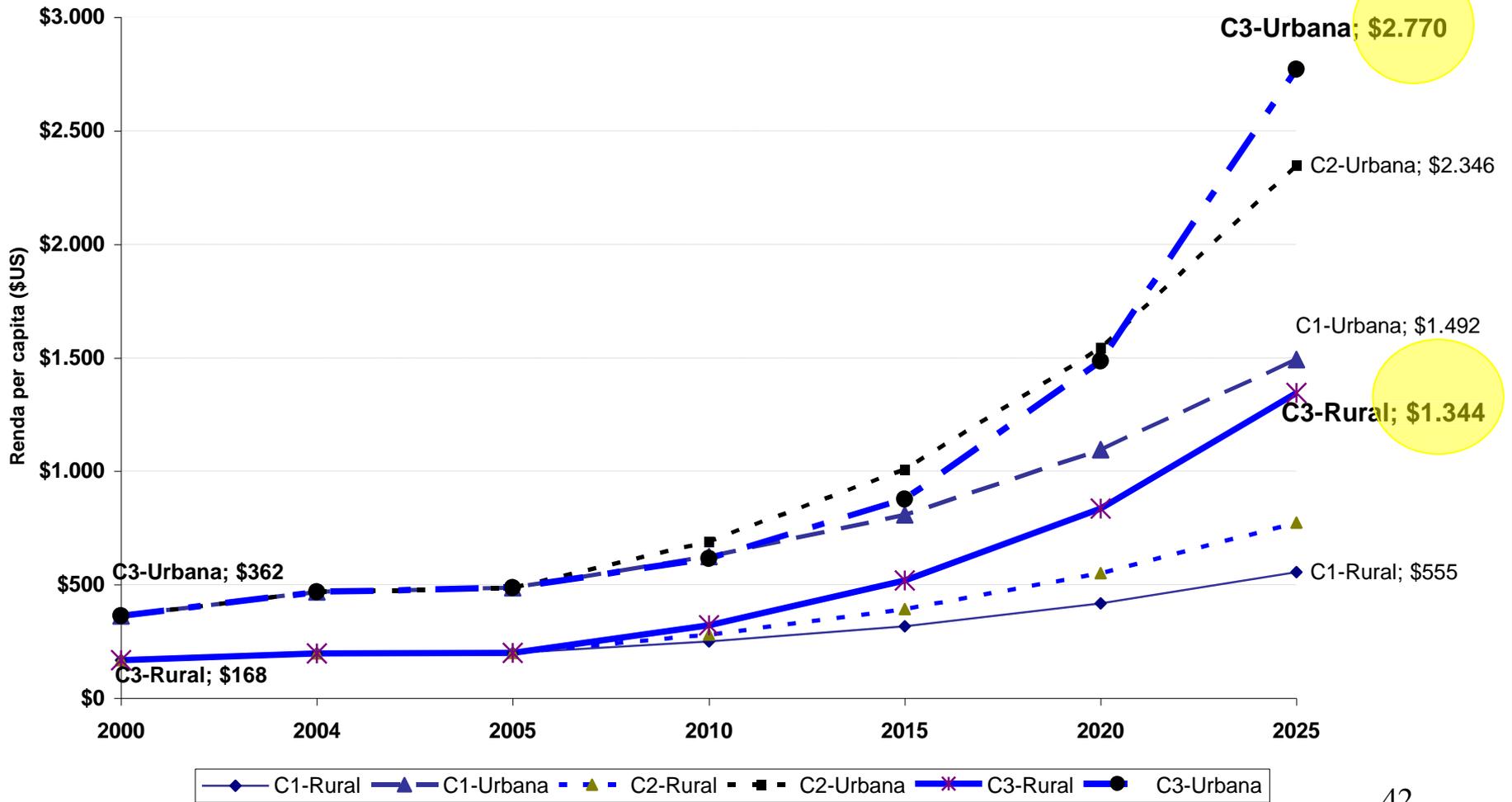
O PIB real per capita rural atingiu \$200 em 2000. Se crescer à taxa de **6,5% ao ano** (taxa dos últimos cinco anos), as áreas rurais precisarão de quase três décadas para atingirem o padrão de vida da Cidade de Maputo em 2000 (cerca de \$1068).

Se a economia da Cidade de Maputo crescer a uma taxa de 9%, por volta de 2025 o seu PIB real per capita atingirá cerca de \$9500 USD. Para que as áreas rurais pudessem atingir este nível de padrão de vida, até 2025 o PIB real per capita rural teria de crescer a uma taxa média real de **16% ao ano**.

Cenário 1 – O Crescimento espontâneo actual é pró-urbano: No período 1995-2005, o PIB real per capita de Moçambique cresceu a uma taxa média de 8,6% ao ano. Se este ritmo de crescimento se mantiver, o PIB real per capita aumentará de \$308 em 2005, para \$1.084 em 2025

se a economia nacional mantiver o mesmo padrão de acumulação observado no período 2000-2005, o crescimento económico permanecerá predominantemente pró-urbano; o PIB real per capita urbano aumentará de \$486 em 2005, para \$1.492 em 2025, enquanto o PIB real per capita rural aumentará de \$200 para \$555

Figura 8: Três Cenários Alternativos na Evolução da Renda Rural e Urbana Per Capita em Moçambique, 2000-2025



Cenário 2 – Intensificação do Crescimento Acelerado Pró-Urbano: É possível imaginar um crescimento económico relativamente maior do que aquele que é previsto no Cenário 1. Mas um crescimento na ordem dos 10 ou mais por cento será irrealista e improvável, a não ser que se consiga mobilizar um investimento produtivo na economia rural muito acima do que aquele que agora é imaginável

Cenário 3 – Possibilidade dum Crescimento Acelerado Pro-Rural: Existe um terceiro cenário, resultante duma estratégia premeditada para induzir um crescimento nacional pro-rural.

Em resumo, se o Cenário 3 prevalecer, a EDR será um verdadeiro sucesso. Nesse caso, é possível prever que, por volta de 2025, as zonas rurais atinjam um padrão de vida médio per capita cerca de 10 vezes superior ao nível atingido nos cinco anos passados

PRIORIDADE PARA A COMPETITIVIDADE, PRODUTIVIDADE E RIQUEZA

DESAFIO:

- **A fazer as coisas da forma certa, reduzindo o desperdício dos recursos e uso de tecnologia inadequada;**
- **A fazer as coisas certas, em que o preço dos produtos se aproximará do seu custo de produção, convertendo-se no meio de comunicação directo entre o que os produtos custam e o que os clientes preferem, e vice-versa;**
- **A produzir nas proporções certas, porque em situações de competição livre o preço será igual ao custo, e este igual ao valor para o cliente;**
- **Os produtos irão para as pessoas “certas”, ou seja para as pessoas que necessitam e estão dispostas a pagar o preço adequado.**

Os cenários ilustrados evidenciam os dois aspectos fundamentais que importa sublinhar no **OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1:**

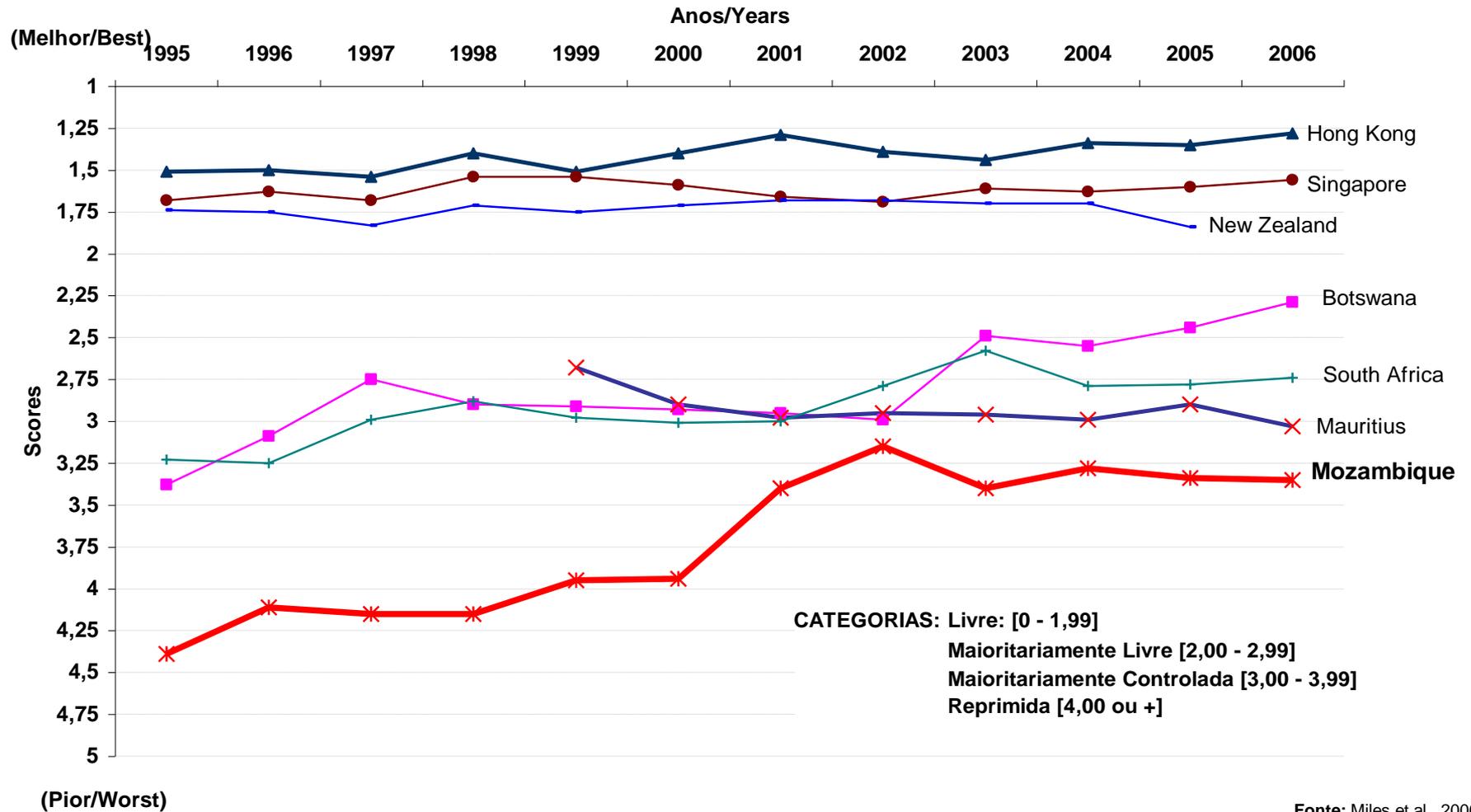
- **Nem todo o crescimento económico nacional elevado é pró-rural ou favorável e desejável para o desenvolvimento rural;**
- **do ponto de vista da coesão social e territorial, mesmo sabendo que a assimetria urbano-rural irá manter-se, é indispensável conseguir pelo menos a sua diminuição progressiva.**

COMO IMPLEMENTAR O OBJECTIVO 1?

	TABELA 5: Prioridades para a Competitividade, Produtividade e Acumulação de Riqueza Rural	
Objectivos Específicos	Áreas Prioritárias	Indicadores de Referência
1. Criar indicadores macro e micro económicos relevantes para o rural e urbano, distritos e localidades	Indicadores para monitoria do crescimento económico, rural e urbano, incluindo produto global bruto por distrito, preços correntes e salários, entre outros. Actualização dos indicadores de medida da mobilidade e variações nos assentamentos populacionais, urbano e rural.	Indicadores a definir
2. Promover a cultura estratégica empresarial	Criação duma Autoridade da Concorrência para promoção da cultura estratégica empresarial e concorrência de mercado eficiente e justa, com destaque para: 1. Identificação das falhas quer do mercado quer do Governo, com respeito ao poder de escassez, às externalidades, informação imperfeita e a equidade; 2. Enfoque da direcção empresarial inovadora, criativa e flexível; 3. Tomada de decisões profissionais e relações de comunicação caracterizadas por: brevidade, variedade, competência técnica e sensibilidade ao risco e imprevistos. 4. Princípios estratégicos relevantes: 1) Concentração de forças; 2) Edificação sobre os pontos fortes e utilização dos potenciais sinérgicos; 3) Utilização das oportunidades de retorno e do mercado; 4) Harmonização dos objectivos e dos meios em função dos riscos; 5) Unidade de doutrina.	Termos de Referência da Autoridade da Concorrência a definir, envolvendo entidades como MPD, CTA, IPI/MIC e outros a definir
3. Melhoria da política comercial	As taxas médias de importação encontram-se acima de 9%, nível elevado internacionalmente. No fomento da economia rural identificar formas de minimizar dificuldades nos fluxos e serviços transfronteiriços e alfandegários. A tramitação aduaneira deve tornar-se mais célere, eficiente e barata.	9% da taxa média de importação elevada a nível internacional
4. Redução da carga tributária do Governo	Racionalização dos gastos do Governo como percentagem do PIB que actualmente estão acima de 30%. Cobertura baixa dos impostos.	Menos de 10% contribuiu com impostos directos

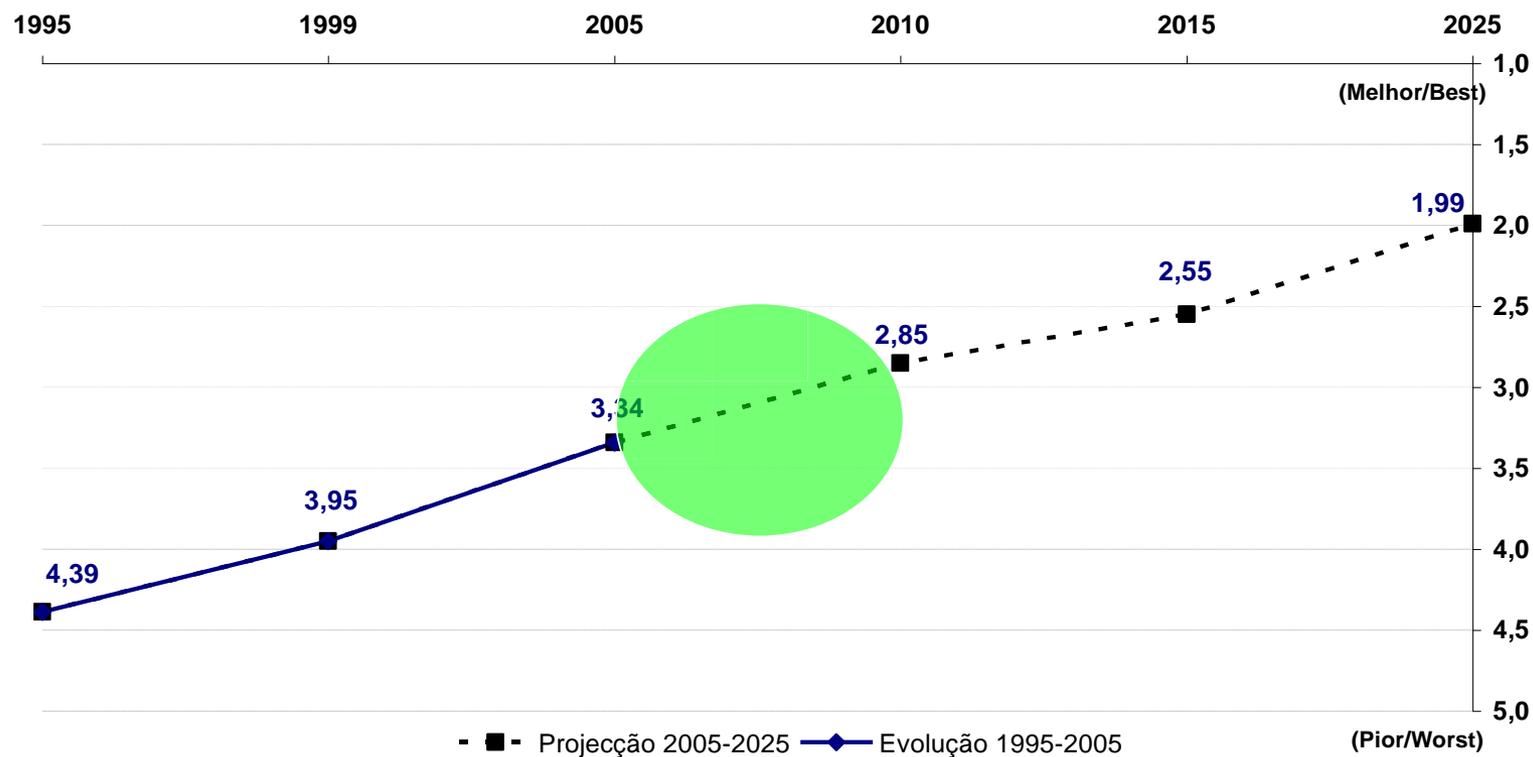
5. Apoio Eficaz do Governo à Economia Rural	<p>Aumentar a intervenção do Governo na Economia. Esta avaliação da intervenção do Estado é diferente do papel regulador do governo e complementa a avaliação da carga tributária.</p>	<p>Consumo do Governo inferior a 15% do PIB</p>
6. Melhoria da política monetária	<p>Entre 1995 e 2004 a taxa média anual de inflação foi moderada alta. Mas esta medida baseia-se unicamente na economia urbana (Maputo, Beira e Nampula). Não existem dados sobre inflação na economia rural.</p>	<p>Taxa de inflação superior a 6% mas inferior a 15%</p>
7. Aumento dos fluxos de capital e investimento estrangeiro nas áreas rurais	<p>Os indicadores disponíveis não mostram a proporção do fluxo de capitais e investimentos estrangeiros aplicados nas zonas rurais. Os obstáculos ao investimento são baixos, mas o acesso à propriedade privada da terra não é permitido constitucionalmente e os contratos de exploração mineira sujeitos a requisitos de rendimento específicos.</p>	<p>% de fluxos de investimento para zonas rurais</p>
8. Expansão da actividade bancária e financeira nas áreas rurais	<p>Cobertura bancária e financeira, incluindo serviços de seguros e valores, muito baixa nas zonas rurais. Taxas de juro bastante elevadas, devido aos elevados riscos creditícios, obstáculos e dificuldades institucionais na recuperação de crédito.</p> <p>Fraca garantia no cumprimento de obrigações contratuais e ausência de mercados de propriedade como garantia.</p> <p>Importante expandir serviços bancários e financeiros (tipo GAPI e micro-finanças) nas zonas rurais. Os fundos de financiamento rural, incluindo o fundo de apoio aos distritos, deverão dinamizar as finanças rurais, nomeadamente incentivar transferências familiares inter-provinciais e inter-distritais.</p>	<p>Acesso a crédito nas zonas rurais inferior a 5%</p>
9. Melhoria dos salários e preços rurais, pelo aumento da produção e produtividade	<p>Governo mantém controle de preços de combustíveis, transportes urbanos e produtos básicos (electricidade, água e pão). Salários mínimos para a indústria e agricultura são determinados por decreto ministerial, após concertação social tripartida (sindicatos, empresários e governo).</p>	<p>Salário rural mínimo inferior a 50 USD e fraca procura das famílias</p>
10. Reforço dos direitos de propriedade individual e comunitária	<p>Protecção e segurança da propriedade pessoal e privada fracas. O sistema judicial é débil e moroso, com indícios de corrupção a vários níveis. Poder judicial carece de meios humanos e materiais para expandir a sua cobertura a nível nacional, sobretudo para as áreas rurais.</p>	<p>Titulação inferior a 5%</p>
11. Melhoria da regulamentação e serviços de Administração Pública	<p>Problemas de burocratismo e corrupção, fraca eficiência da administração pública, regulamentação desactualizada e processos complicados de abertura e encerramento de empresa. Regulamentação e licenciamento continuam a exercer carga pesada nos agentes económicos.</p>	<p>Baixa eficiência e eficácia dos serviços públicos</p>
12. Redução do mercado subterrâneo (ilícito e delituoso) e do mercado informal	<p>Desconhecem-se níveis de mercado subterrâneo, sobretudo contrabando de produtos ilícitos ou subordinados a certa regulamentação, mas existem indicações que exerce forte influência, tanto no mercado formal como informal. Um amplo mercado informal debilita a eficácia da economia formal e o custo dos contribuintes nas receitas fiscais.</p>	<p>Mercado informal domina 90% dos mercados de terra, trabalho e capital</p>

Figura 24: Índice de Liberdade Económica para Países Seleccionados, 1995-2006



Fonte: Miles et al., 2006

Figura 10: Projecção do Impacto das Reformas Institucionais no Índice de Liberdade Económica em Moçambique, 2005-2025



Fontes: Miles et al., 2005

2.

Gestão Produtiva e Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente

DESAFIO:

Duas vertentes fundamentais:

- 1. Evitar conflitos - Cumprir as normas obrigatórias e regulação dos direitos individuais e comunitários no uso e aproveitamento dos activos fundiários de se evitar ou minimizar conflitos sociais e políticos entre os usurários.**
- 2. Integrar os activos fundiários e naturais na economia nacional do País, numa forma cada vez mais eficiente em termos de valorização económica e eficácia na conversão do 'capital improdutivo' em capita produtivo e activo.**

Quatro situações diferentes:

- SITUAÇÃO 1** – Densa ocupação e utilização de recursos, e com vários tipos de utilizadores.
- SITUAÇÃO 2** – Recursos com ocupação e utilização pouco densa, em geral pelo sector familiar/artesanal e normalmente com acesso deficiente ao mercado.
- SITUAÇÃO 3** – Recursos protegidos ou a proteger; por definição, o acesso a estes recursos é vedado ao público, sendo o problema assegurar tal restrição e desenvolvimento de planos directores para a sua exploração económica e social.
- SITUAÇÃO 4** – São recursos virtualmente não explorados

2. Gestão Produtiva e Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente

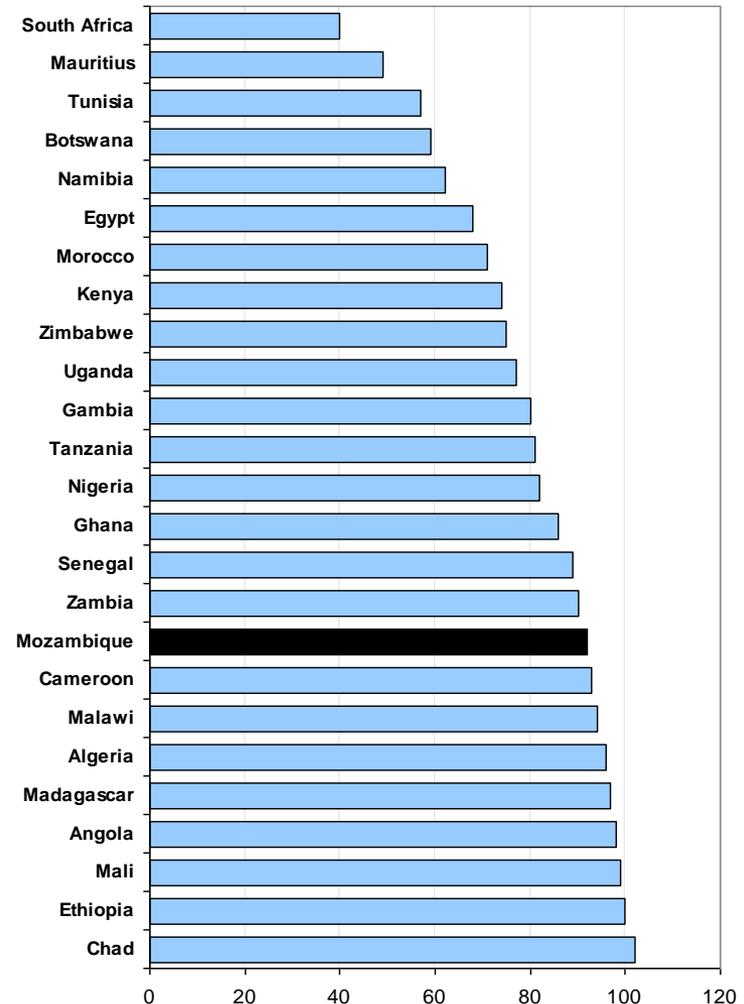
 OBJECTIVO 2	TABELA 6: Gestão Produtiva e Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente	
Objectivos Específicos	Áreas Prioritárias	Indicadores de Referência
1. Emancipação política e económica comunitária com base na segurança de posse sobre os recursos	<p>Identificação das terras nos seus diferentes usos, com destaque para quatro situações principais:</p> <p>Situação 1: Zonas densamente ocupadas e com elevada utilização de recursos;</p> <p>Situação 2: Zonas com baixa ocupação e utilização;</p> <p>Situação 3: zonas com recursos protegidos ou a proteger;</p> <p>Situação 4: Zonas com recursos virtualmente não explorados</p>	<p>Divulgação pública periódica do zoneamento (por Distrito)</p>
2. Implementação efectiva da Lei da Terra, nomeadamente do DUAT, com prioridade para as comunidades rurais	<p>Implementação do DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), para fomento de parcerias triangulares, entre Estado (proprietário da terra), Comunidades (usuários e possuidores efectivos da terra) e Privados (gestores e parceiros económicos).</p> <p>Legalização das comunidades à semelhança das boas experiências em Sofala, entre outras;</p> <p>Preparação de condições nos distritos para titulação fundiária, com prioridade para comunidades em necessidade de entrar em parcerias com agentes económicos ou empresas privadas e públicas;</p> <p>Para que o triângulo no uso e aproveitamento seja eficaz e eficiente o Estado deve proceder à titulação que permita às comunidades fazer uso de instrumentos documentais de negociação em parcerias comunitário/privadas.</p> <p>Fomentar apoio jurídico ao processo de legalização fundiária comunitária, bem como a criação de comités de gestão de terras</p>	<p>Até 2010 cada Administração de Distrito deve atribuir pelo menos 50% dos títulos às comunidades e rurais e pelo menos 20% de proprietários individuais e privados</p>
3. Gestão sincronizada dos recursos naturais	<p>Identificação de zonas com grande potencial mineiro, com destaque para o papel do MIREMI</p>	<p>51 Zoneamento</p>

<p>4. Política ambiental que articule conservação e transformação ambiental favorável ao bem-estar humano</p>	<p>Controle de agentes nocivos e factores ambientais de mortalidade, como seja a malária, águas contaminadas, erosão, etc.</p> <p>Desenvolvimento de programas ambientais explicitamente relevantes para a redução da mortalidade, reduzindo as condições ambientais nocivas à saúde pública: malária, cólera, águas estagnadas e lixo.</p>	<p>Indicadores de medida de impacto negativo no ser humano: controle de malária, cólera, lixo, água imprópria para consumo, etc.</p>
<p>5. Discriminação positiva de regiões frágeis e sujeitas a calamidades</p>	<p>Acções de prevenção e mitigação dos efeitos de secas e cheias. Prioridades do plano director para a prevenção e mitigação das calamidades naturais (INGC)</p>	<p>% de distritos com capacidade de diagnóstico ambiental</p>
<p>6. Incentivo a sistemas agro-florestais compatíveis com a Lei e Política do Ambiente e a Lei de Florestas e Fauna Bravia</p>	<p>Apoio à florestação, adaptação às condições ambientais, e implementação de sistema combinados agrícolas e silvicultura.</p> <p>Reordenamento dos espaços florestais na perspectiva da gestão integrada dos territórios</p>	<p>% de áreas reflorestadas</p>
<p>7. Promoção da eco-eficiência</p>	<p>Apoio a investimentos que valorizem a adopção de práticas que privilegiem uma utilização eficiente dos recursos, numa perspectiva de crescimento sustentável.</p> <p>Promoção e valorização de serviços ambientais e práticas agrícolas sustentáveis</p>	<p>% de reservas florestais protegidas; % de redução de queimadas; % de redução de erosão</p>
<p>8. Combate à discriminação da mulher no usufruto dos recursos naturais</p>	<p>Implementação da Lei da terra, envolvendo o sector público, privado e comunitário na superação de formas discriminatórias e tendentes a colocar a mulher em situação vulnerável no acesso à terra e outros recursos naturais.</p>	<p>% de mulheres com título sobre a terra e outros recursos naturais</p>

3. Expansão do Capital Humano, Inovação e Tecnologia

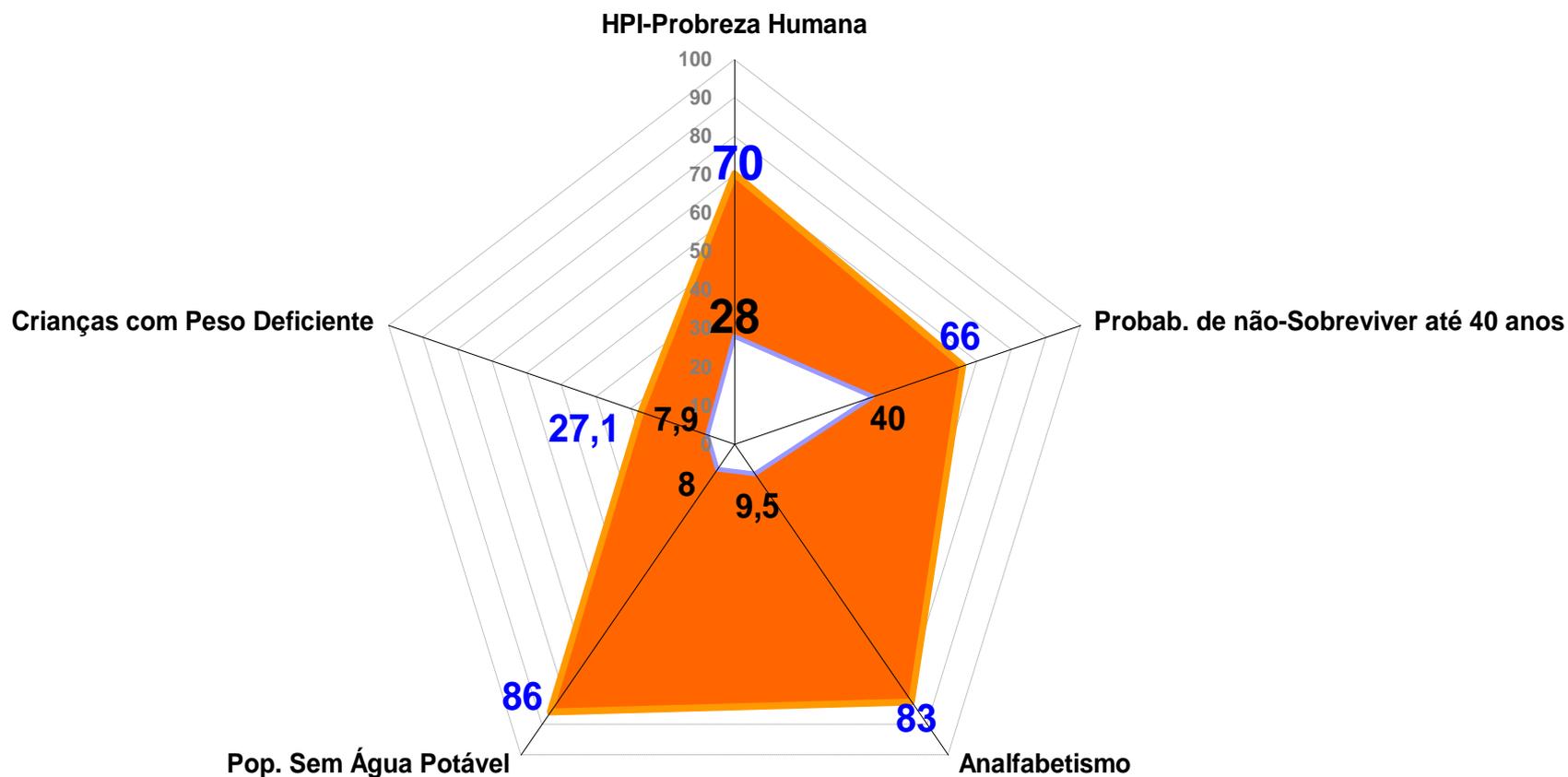
1. Uma das questões fundamentais que merece ser respondida pela EDR é a seguinte:
2. Será possível desenvolver e transformar as áreas rurais, sem crescer economicamente?
3. A resposta imediata e convencional é não, mas a resposta pragmática e de algum modo correcta, pelo menos a curto ou médio prazo, é sim.

Figura 16: Posição de Moçambique no Índice de Tecnologia em África, 2004



Desafio: Sair do Vermelho até 2025!

Figura 9: Objectivo da EDR para Alteração da Pobreza Humana no Moçambique Rural entre 2000 e 2025



OBJECTIVO 3**TABELA 7:
Expansão do Capital Humano, Inovação e Tecnologia**

Objectivos Específicos	Áreas Prioritárias	Indicadores de Referência
1. Longevidade	<p>A chave para a melhoria da esperança de vida é a redução da mortalidade infantil, com incidência nas causas externas de morte. As Administrações Distritais devem esboçar planos anuais para redução das mortes causadas por:</p> <ul style="list-style-type: none">Malária – distribuição de redes mosquiteiras nas zonas rurais.Infecções respiratóriasUso de água imprópria para consumo <p>Adicionalmente, é preciso combater as epidemias, sobretudo o HIV-SIDA.</p> <p>A concretização destas prioridades necessita do apoio de recursos públicos, mas também de mudança de hábitos e comportamentos individuais.</p>	<ul style="list-style-type: none">Dados de esperança de vida, mortalidade infantil, prevalência e incidência de HIV/SIDA
2. Saneamento e ambiente	<p>A abordagem do ambiente deve ir além do simples conservacionismo, sendo complementadas pela abordagem de transformação do ambiente causador de doenças e óbitos por malária, cólera e outras doenças infecciosas.</p>	Indicadores ambientais
3. Escolaridade	<p>Concentrar recursos públicos substanciais no ensino fundamental (profissional e médio) por uma qualidade satisfatória em termos internacionais;</p> <ul style="list-style-type: none">Premiar os melhores alunos (talentosos) com bolsas e aulas extras;Racionalizar os recursos para dar melhores salários aos professores;Investir em pólos universitários voltados para áreas produtivas e tecnológicas;Atrair dinheiro das empresas para pesquisa aplicada e qualificada;Promover mais horas a actividades escolares;Incentivar os pais a tornarem-se assíduos participantes nos estudos dos filhos.	Dados do MINED sobre o nível de aproveitamento escolar
4. Alfabetização de adultos e educação vocacional	<p>Reorientar a educação e a capacitação com objectivos, abordagens e conteúdos sobre o Meio Rural com particular destaque para os técnicos e profissionais que têm no meio rural o seu cenário para o trabalho no futuro.</p> <p>Tornar a educação formal mais orientada para as necessidades concretas do meio rural e apostar na educação vocacional (escolas de artes e ofícios).</p> <p>Promover a colocação dos professores nas zonas rurais, lidando com a falta de professores qualificados: (i) criação de um sistema de incentivos; (ii) promoção de recrutamento local no contexto do novo currículo e ensino em línguas locais;</p> <p>Escola como veículo da promoção de relações de género balanceadas.</p> <p>A Escola deve tornar-se num Pólo de desenvolvimento local.</p>	% de adultos alfabetizados. Mudanças que ocorrem induzidas pela presença da escola.

5. Nutrição	<p>Harmonização e sinergias com o PROAGRI II e a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição. Réplica das “ boas práticas” do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA), o qual já actua nas províncias de Maputo, Niassa e Cabo Delgado.</p>	<p>Monitoria da nutrição</p>
6. Divulgação e inovação tecnológica	<p>Fomentar cultura de inovação, criatividade e divulgação da tecnologia moderna. Alterar a estrutura de incentivos de práticas inovadoras e punição de práticas prejudiciais e danos ao bem-estar das pessoas. A formação de recursos humanos qualificados inovadores e empreendedores.</p>	<p>IPI/MIC; Divulgação de Marcas de produtos locais. MCT</p>
7. Fortalecimento da comunicação e informação rural	<p>Consolidação e alargamento da rede de rádios e televisões rurais através da réplica do Projecto de Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV); Divulgar experiência de jornais comunitários nos distritos de Manica, Gondola, Barue e Sussundenga liderados pelas comunidades locais. Difusão de informação sobre preços e mercados agrícolas nas comunidades; Assegurar que a RM-EP amplie o leque de programas educativos, informativos e recreativos emitidos nas línguas locais Potenciar as experiências de comunicação e informação sobre vigências histórica nas comunidades e papel dos líderes comunitários de sucesso.</p>	<p>Nº de rádios e cobertura da Televisão; % de programas nas línguas locais;</p>
8. Melhoria da formação, informação e inovação	<p>Criação de Centros Comunitários de Formação e Informação (CECOFI) para associativismo das comunidades locais em parcerias público-privadas. Os objectivos principais dos CECOFI's seriam: Promoção de trocas de experiências e realização de feiras; Encorajamento e formação de associações e parcerias; Identificação de oportunidades de negócios e emprego; Formação e informação em tecnologias de produção;</p>	<p>Nº de patentes de qualidade certificadas; Entidades envolvidas na disseminação de valores inovativos</p>

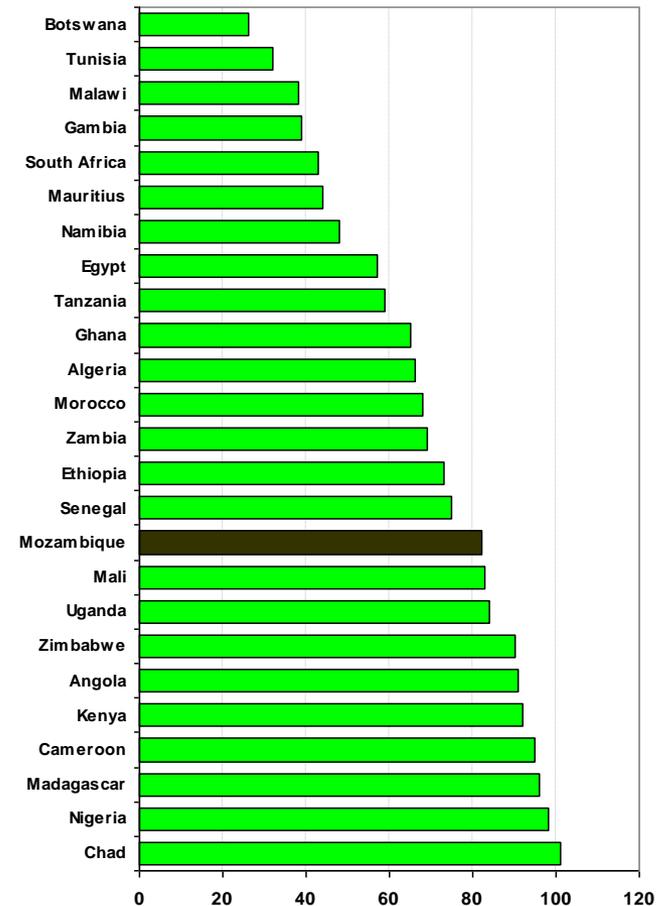
4.

Diversificação e Eficiência do Capital Social, de Infra-estruturas e Institucional

A diversidade e coesão do capital social, reflectem a **qualidade e o tipo de instituições num país**, as quais dependem de pelo menos três características essenciais:

1. Da definição dos direitos das pessoas aos direitos de propriedade particular, nomeadamente sua abrangência, cobertura e transparência;
2. Limitação das acções das elites predadoras, sustentadas pelo “rent-seeking” ou comércio de privilégios governamentais que incentivam os empresários a preocuparem-se mais com tal comércio do que com a produção propriamente dita;
3. Criação de infra-estruturas legais que proporcionem igualdade de oportunidades para amplos segmentos da sociedade.

Figura 17: Posição de Moçambique no Índice das Instituições Públicas em África, 2004



OBJECTIVO 4

TABELA 8:
Diversificação e Eficiência do Capital Social, de Infra-
Estruturas e Institucional

Objectivos Específicos	Áreas Prioritárias	Indicadores de Referência
<p>1. Protecção social e redução das condições de informalidade</p>	<p>Redução da informalidade a partir da nascença, através da actualização de registos pessoais, identificação individual e contagem nas estatísticas demográficas e sociais.</p> <p>Até 2010 os Governos Distritais devem criar sistemas de registos vitais, identificação e registo oficial (nascimentos, óbitos, estado civil e mobilidade).</p> <p>Enquadrar legal e formalmente a informalidade socialmente útil e saudável, num quadro institucional socialmente relevante e eficiente.</p> <p>Combater e punir a informalidade anti-social, nomeadamente o contrabando, a corrupção, tráfico de pessoas e de mercadorias, roubo, etc.</p>	<p>Sistemas de registos vitais e de títulos a criar nos distritos e localidades</p>
<p>2. Desenvolvimento do tecido empresarial rural</p>	<p>Fomento da industrialização rural, sobretudo o agro-processamento. O maior desafio da industrialização são os custos iniciais de investimento, a maximização das vantagens comparativas, para o mercado interno e externo.</p> <p>Apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas rurais</p> <p>Apoio à diversificação de actividades económicas complementares à agricultura</p>	<p>Nº de Agro-indústrias existentes</p>
<p>3. Melhoria do sistema de segurança pública e justiça</p>	<p>Melhoria da segurança pública ao cidadão e do sistema de justiça, fornecendo veredictos mais transparentes e rápidos para empresas e consumidores.</p> <p>A melhoria da Justiça na cobrança de dívidas mal paradas para contribuir na redução dos juros bancários e confiança no investimento produtivo.</p>	<p>Avaliações públicas, sondagens de opinião</p>
<p>4. Modernização da administração pública</p>	<p>Continuação da reforma do sector público em benefício do cidadão.</p> <p>Reformas para a redução da duplicação e desperdício de gastos públicos.</p> <p>Combate ao burocratismo e corrupção e regulamentação desactualizada e inútil.</p> <p>Operacionalizar inspecção administrativa e financeira da Administração Pública.</p>	<p>Avaliação da UTRESP, ANFP e independentes</p>
<p>5. Capacitação local para atrair e reter técnicos</p>	<p>Externalidades positivas para a deslocação de técnicos médios e superiores da cidade para o campo, envolvendo os Conselhos Consultivos Distritais.</p> <p>Melhorar a formação técnica, profissionalismo e atendimento ao cidadão.</p> <p>Capacitação dos recursos humanos a nível distrital e de localidade.</p> <p>Estimular a mobilidade de técnicos qualificados para os distritos e localidades.</p>	<p>Nº de técnicos médios e superiores por distrito, desagregados por género</p>

6. Melhoria da oferta de serviços públicos e sociais nas localidades	<p>Escolas e centros de saúde têm falta de serviços complementares tais como: internatos, bibliotecas, campos desportivos, casa mãe espera, etc.</p> <p>Implantação de creches, actividades extra-curriculares de incentivo à auto-estima, prevenção das calamidades naturais, actividades culturais, etc.</p> <p>Melhoria da alocação de recursos e prestação de serviços nas áreas rurais.</p> <p>Premiar responsáveis pelo zelo, iniciativa criadora e acções de utilidade pública.</p>	<p>Monitoria do desempenho da qualidade dos serviços</p>
7. Manutenção e expansão de infra-estruturas físicas: energia, transporte e comunicações	<p>Expansão de sistemas de energia eléctrica, transporte e comunicação, tanto nos distritos como nas localidades e aldeias. Os Conselhos Consultivos devem procurar opções de melhoria das infra-estruturas de comunicação (rádio, TV e Internet).</p> <p>Promover o sector agrícola competitivo e incentivos a zonas de mais difícil acesso.</p>	<p>Infra-estruturas por distritos e localidades</p>
8. Diversificação dos mercados e finanças rurais	<p>Fomento da expansão e melhoria da rede de serviços financeiros rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Bancos comerciais e instituições financeiras (GAPI, AMODER, SOCREMO) o Fundos de finanças rurais (FFPI, FDA, GPPE, FUTUR, FUNAE, FARE, FFP, etc.) o Sistemas informais de poupança, micro-finanças, fundos solidários e segurança social comunitária, cantinas rurais e caixas comunitárias de crédito e poupança (sistemas de xitique, CARE-PCRs, IRAM-CCPs) <p>Busca de soluções para crédito rural, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Necessidades relacionadas com o agro-negócio (insumos, financiamento) o Necessidade de associações de produtores independentes o Iniciativas inovadoras do tipo da do GAPI Sarl. 	<p>Indicadores estatísticos de expansão dos serviços financeiros rurais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de beneficiários, desagregados por género
9. Promoção do auto-emprego e emprego rural	<p>Promoção de Agências de Desenvolvimento Económico Local (ADEL) nos Distritos.</p> <p>Revitalizar instituições como o IDIL para a oferta de serviços empresariais</p> <p>Apoio às PME's, incluindo a promoção de "incubadoras de empresas", "centros de serviços para as empresas" e "centros de inovação" nos Distritos.</p> <p>Criar uma rede de "extensionistas empresariais" locais, para promoção das PME's;</p> <p>Fomento ao emprego, com recurso as Iniciativas Locais de Emprego (ILE), para: (i) favorecer iniciativas empreendedoras locais; (ii) apoiar formação contínua; (iii) aperfeiçoamento profissional; (iv) assessoria económica, financiamento e subvenções para emprego; (v) disponibilizar informações económicas nos Distritos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ADEL's a funcionar no Distrito - Empregos criados <p>Indicadores da Estratégia de emprego 2006-2015</p>
10. Grupos de referência consolidados	<p>Serão consolidados e expandidos Grupos de Referência sobre: Segurança Alimentar; Finanças Rurais; Fundos de Fomento; Cantinas Rurais; Mercados Agrícolas; Infra-estruturas rurais; Género e Desenvolvimento; Associativismo Rural; Programa de Desenvolvimento Económico Local (monitoria das ADEL's); Formação; Afectação de quadros nos distritos; HIV/SIDA; Ambiente; mineração e feiras de gemas e ouro, etc.</p>	<p>Divulgação das iniciativas dos grupos</p>
11. Cultura de responsabilidade mútua	<p>Divulgação dos direitos e deveres cívicos, políticos, culturais do cidadão;</p> <p>Promoção da cultura de pagamento do imposto a nível rural compensada pela transparência e prestação de contas das finanças públicas às populações;</p> <p>A Administração Pública deve aspirar a tornar-se a melhor pagadora, o que implica a definição das responsabilidades dos executivos em termos de celeridade, transparência e serviço eficiente ao cidadão.</p>	<p>% de contribuintes rurais;</p> <p>Desempenho na satisfação do cidadão</p>

5.

Boa Governação e Planeamento para o Mercado

1. Descentralização e Desconcentração

1. Um dos aspectos principais na operacionalização do processo de descentralização relaciona-se com a criação dos Conselhos Consultivos Distritais e dos Postos Administrativos com capacidade de apoiar o Governo Distrital e do Posto Administrativo na implementação de estratégias de desenvolvimento. Este exercício já está a ser acompanhado pela alocação de recursos financeiros consideráveis que, apesar de escassos relativamente às necessidades, podem trazer impactos consideráveis no desenvolvimento distrital.

2. Papel do Fundo Distrital no Planeamento para o Mercado

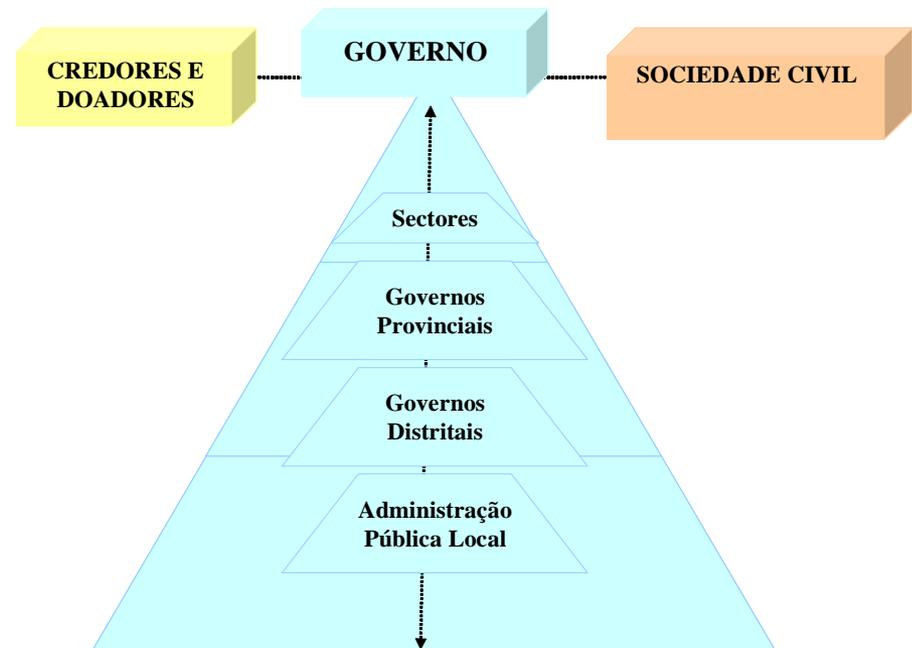
1. Os 7 biliões de Meticais (ou milhões em Mtn), que a partir de 2005 o Governo Central passou a alocar à gestão directa dos distritos constitui um bom exemplo, tanto de descentralização financeira como de manifestação de vontade política da promoção do planeamento para o mercado.

5. Boa Governação e Planeamento para o Mercado

3. Planeamento Espacial para o Mercado

1. Na perspectiva de alargamento da vocação da EDR como instrumento de operacionalização dos instrumentos de longo e médio prazo, é possível expandir as parcerias público-privadas no âmbito do desenvolvimento rural, quer com parceiros internacionais quer parceiros nacionais.

Figura 21: Parcerias no Âmbito do Desenvolvimento Rural em Moçambique



Fonte: Francisco, 2005b.

OBJECTIVO 5	<p style="text-align: center;">TABELA 9: Boa Governação e Planeamento para o Mercado</p>	
Objectivos Específicos	Áreas Prioritárias	Indicadores de Referência
<p>1. Papel do Estado</p>	<p>Cumprir com a função de protecção do bem público, segurança do cidadão e seus bens; Minimizar imperfeições do mercado em três áreas: poder da escassez das empresas, externalidades negativas e insuficiência de informação.</p>	<p>Sondagens de opinião</p>
<p>2. Criação de parcerias público-privadas</p>	<p>Fomento de parcerias entre actores no processo de desenvolvimento rural; Criação de mecanismos de mútua responsabilização, com configurações variáveis quanto ao número e tipo de participantes (Estado, privados, sociedade civil), duração (calendário de realização preciso ou aberto, etc.) e finalidade. Mecanismos eficazes de parceria: grandes parcerias oficiais (alianças estratégicas, na forma de parcerias jurídicas), acordos de colaboração (ou protocolos) com clareza de competências, direitos e obrigações das partes. Alguns representantes dos agentes produtivos, como a CTA, os sindicatos, associações de trabalhadores por conta própria, etc., possuem já certas parcerias específicas com o Governo; exemplo da "Concertação Social" tripartida entre Governo, Sindicatos, e Associações Empresariais para negociar o salário mínimo. Esta parceria poderia ser ampliada para fins relevantes preconizado pela EDR.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Modalidade de parcerias realizadas. - Monitoria do tipo e natureza das parcerias locais feita pelos Governos Distritais.
<p>3. Organizações civis com (ou sem) fins lucrativos</p>	<p>As organizações civis, tanto profissionais como as organizações cívicas, religiosas de apoio ao consumidor têm funções éticas e sociais fundamentais (ex. Observatório da Pobreza, CTA, organizações femininas, Grupo Moçambicano da Dívida, FDC, KEPa, sindicatos, etc).</p>	<p>Divulgação de iniciativas</p>
<p>4. Sector privado</p>	<p>Papel de produzir de forma cada vez mais eficiente, produtiva e lucrativa</p>	<p>Demonstrações de resultados</p>

<p>5. Papel das associações de operadores artesanais e comerciantes rurais</p>	<p>Fortalecimento de associações de produtores rurais para melhoria da eficiência dos mercados rurais: (i) Disseminação e adopção de novas práticas e tecnologias; (ii) aumento da quantidade e qualidade de excedentes agrícolas comercializáveis; (iii) redução dos custos de transacção comercial e produtiva; (iv) melhoria do poder de negociação dos produtores; e (v) pressão de grupo para elevar as taxas de reembolso de crédito e outros benefícios.</p> <p>As Associações de Produtores estão organizadas em grupos conjuntos formando “fóruns”, podendo originar “uniões”.</p> <p>A UGC e UNAC, são as maiores associações de produtores, com mais de 50.000 membros filiados em todo o País, agrupados em 1.000 associações e cooperativas. Algumas associações regionais ou provinciais de segundo nível (ex. União dos Camponeses do Sul de Niassa (UCASN, etc.), têm, contudo, limitações de funcionamento e flexibilidade operativa.</p> <p>Alguns comerciantes rurais possuem associações provinciais, mas também sofrem de múltiplas limitações organizacionais.</p>	<p>Relatórios sobre iniciativas e divulgação nos média (imprensa, rádio e TV)</p>
<p>6. Organizações Não-Governamentais (ONG's)</p>	<p>No quadro da EDR devem fornecer assistência (capacitação, formação técnica, alfabetização, informação de mercado, etc.), parceiros e provedores de serviços. O empoderamento de pequenos agricultores de baixo rendimento e a procura de soluções inovadoras para os pobres deve ser um dos focos das ONG's.</p>	<p>Divulgação de iniciativas</p>
<p>7. Papel dos parceiros internacionais</p>	<p>Papel chave no financiamento das iniciativas associadas à EDR. Alargar à monitoria da EDR os mecanismos operativos de monitoria e avaliação conjunta da implementação do PARPA, efectuada periodicamente entre Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros para Apoio Programático (PAP's).</p>	<p>Avaliações independentes</p>
<p>8. Distrito como base do planeamento orçamentado público</p>	<p>Desenvolvimento do SISTAFE nos distritos e planos distritais (PEDD) orçamentados, com metas locais realistas e mensuráveis.</p> <p>Adequar a estrutura orgânica distrital, de posto administrativo e de localidade, criando uma massa crítica, técnica e administrativa, para assegurar o funcionamento dos serviços básicos e apropriação do orçamento pelo Distrito.</p> <p>Utilização eficaz e eficiente do FIL alocado ao Distrito.</p> <p>Em 2006, a Estratégia Nacional PPF e a Estratégia e Política de Desenvolvimento Autárquico deverão ser aprovadas pelo Governo.</p>	<p>Supervisão da execução do SISTAFE, LOLE e PEDD</p>
<p>9. Oportunidades induzidas por projectos âncora, finanças e mercados rurais</p>	<p>Capacitação dos distritos para tirarem vantagens dos investimentos locais e aumentarem receitas próprias, a montante e a jusante dos investimentos.</p> <p>Reforço de redes viáveis e eficazes de comercialização no País (ex., PAMA, ECA).</p> <p>Apoio a associações de produtores e grupos de comercialização, bem como pequenos comerciantes informais e itinerantes.</p> <p>Sinergias com a Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA).</p> <p>Tirar maior proveito de acordos regionais e internacionais, do tipo: AGOA (Africa Growth Opportunity Bill), Acordo de Cotonu, COMESA, SADC, NEPAD, etc.</p>	<p>Execução da Carteira de Projectos Âncora</p>
<p>10. Capacitação local para atrair e reter técnicos</p>	<p>Com a constituição dos Conselhos Consultivos Distritais e alocação de fundos, os distritos poderão identificar incentivos para recrutamento e emprego de técnicos formados em áreas relevantes para o desenvolvimento rural.</p>	<p>Nº de técnicos mobilizados para o distrito por género</p>

**FINANCIAMENTO E
ALOCAÇÃO DE
RECURSOS
SEGUNDO
A EDR**

Investimento Público e Privado Nacional: Enquadramento da EDR

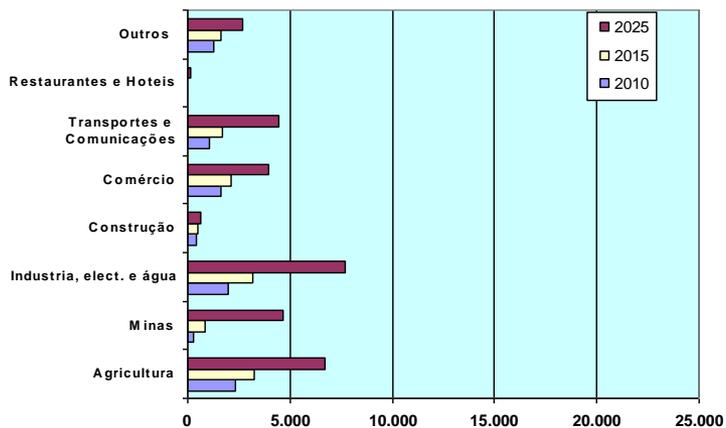
Tabela 10: Crescimento Económico Recente e Projecções de Cenários Possíveis, Moçambique 2000-2025

	Cenário Recente	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
(Crescimento a Preços constantes de 1996)	2000-05	2005-25	2005-25	2005-25
Produto Interno Bruto (%)	8,6	8,6	10,3	12,2
PIB rural	4,1	5,4	6,8	10,4
PIB Urbano	12,3	10,0	11,9	13,2
Agricultura	8,0	7,5	9,5	14,0
Minas	38,0	22,9	15,5	12,2
Industria, electricidade e água	13,7	9,9	11,4	13,2
Construção	2,9	2,6	6,7	9,5
Comércio	6,5	6,2	8,4	9,6
Transportes e Comunicações	12,3	10,4	9,6	13,5
Restaurantes e Hotéis	6,2	5,5	9,8	14,1
Outros	6,3	5,6	12,8	12,0
População de Moçambique	2,4	1,9	2,0	2,0
População Rural	0,6	0,2	-0,2	0,4
População Urbana	6,2	4,0	4,4	4,0
PIB per capita Moçambique	8,9	6,5	8,2	10,3
PIB per capita Rural	6,5	5,2	7,0	10,0
PIB per capita Urbano	9,1	5,8	7,2	9,1

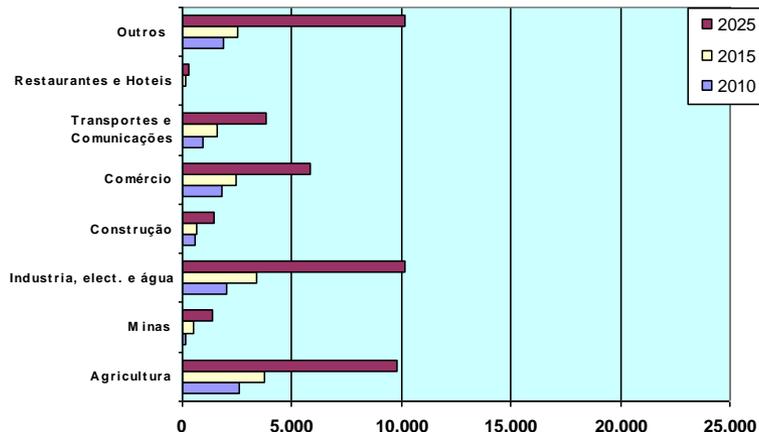
Fonte: INE, 2006

Figura 14: Comparação da Estrutura Económica dos Três Cenários Considerados

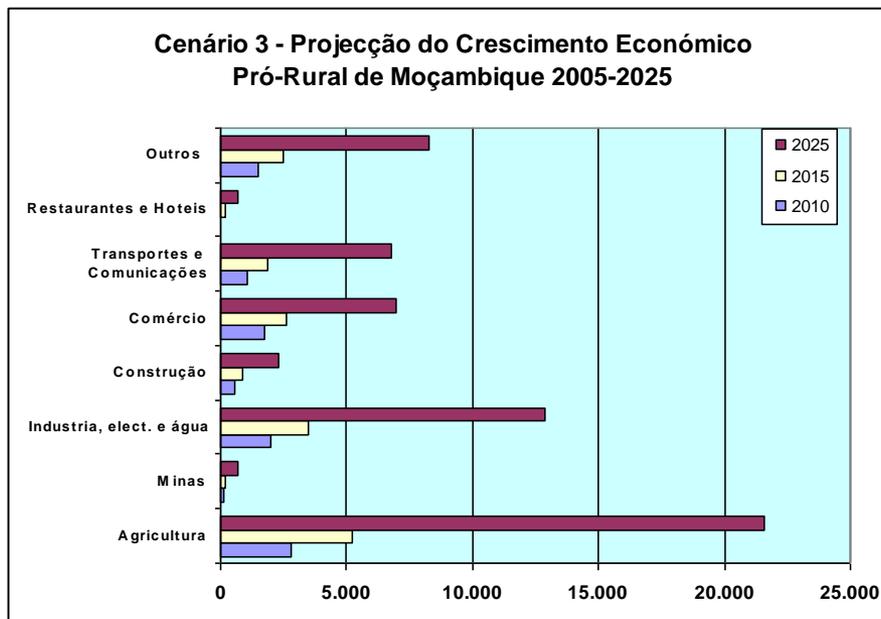
Cenário 1: Projecção do Crescimento Espontâneo, Moçambique, 2005-2025



Cenário 2 - Crescimento Económico Pro-Urbano Moçambique, 2005-2025



Cenário 3 - Projecção do Crescimento Económico Pró-Rural de Moçambique 2005-2025



O impacto do investimento varia de país para país, mas de uma maneira o ratio capital/investimento varia entre 3 a 4. Ou seja, por cada dólar de crescimento são precisos 3 a 4 USD de investimento.

Neste perspectiva, o crescimento de 1% do PIB necessita de um investimento de 3-4% do PIB. Por isso, se a meta de crescimento do PIB rondar os 10% investimento, será preciso um investimento na ordem dos 30-40% do PIB.

Projeção das Necessidades de Investimento Segundo a EDR

Tabela 12: Comparação da Estrutura Económica dos Três Cenários Considerados

Cenário 1 (Crescimento Espontâneo) - Projeção do PIB Rural SEM EDR, Moçambique 2005-2025									
(Preços constantes 1996)	PGB em USD 10 ⁶			Growth %		PGB em USD 10 ⁶			
	1995	2000	2004	2005	2000-05	2010	2015	2020	2025
Produto Interno Bruto	2.021	3.973	5.638	5.989	8,6	9.029	13.612	20.522	30.938
Investimento Total (Milhões de USD)						3.160	4.764	7.183	10.828
Investimento Rural (35%)						1.083	1.399	1.825	2.416
Investimento Urbano (35%)						2.077	3.366	5.357	8.412
Cenário 2 (Crescimento Acelerado Pro-Urbano) - Projeção do PIB Rural, Moçambique 2005-2025									
Produto Interno Bruto	2.021	3.973	5.638	5.989	8,6	9.973	15.041	25.275	42.886
Investimento Total (Milhões de USD)						3.491	5.264	8.846	15.010
Investimento Rural (35%)						1.224	1.763	2.357	3.113
Investimento Urbano (35%)						2.266	3.501	6.489	11.897
Cenário 3 (Crescimento Acelerado Pro-Rural) - Projeção do PIB Rural COM EDR, Moçambique 2005-2025									
Produto Interno Bruto	2.021	3.973	5.638	5.989	8,6	9.808	16.919	30.905	60.121
Investimento Total (Milhões de USD)						3.433	5.922	10.817	21.042
Investimento Rural (35%)						1.406	2.324	3.752	6.137
Investimento Urbano (35%)						2.027	3.597	7.064	14.906

**IMPLANTAÇÃO,
MONITORIA,
AVALIAÇÃO
E ETAPAS
DA EDR**

5.1 Vantagens Comparativas Regionais: Carteiras De Projectos Âncora Indicativos

PLANEAMENTO REGIONAL:

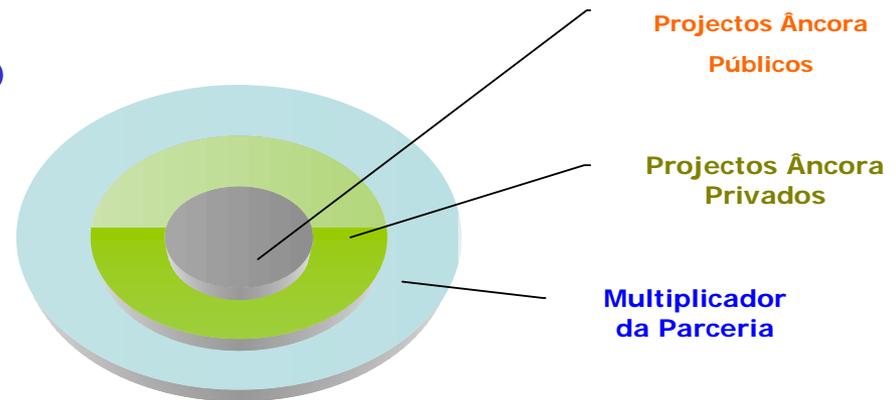
Pólos de Desenvolvimento e Projectos Âncora:

REGIÃO SUL

REGIÃO CENTRO

REGIÃO NORTE

Figure 3.4: Parcerias no Desenvolvimento Rural



POLOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Figure 3.4: Parcerias no Desenvolvimento Rural

PLANEAMENTO REGIONAL:

Pólos de Desenvolvimento e **Projectos Âncora:**

REGIÃO SUL

REGIÃO CENTRO

REGIÃO NORTE

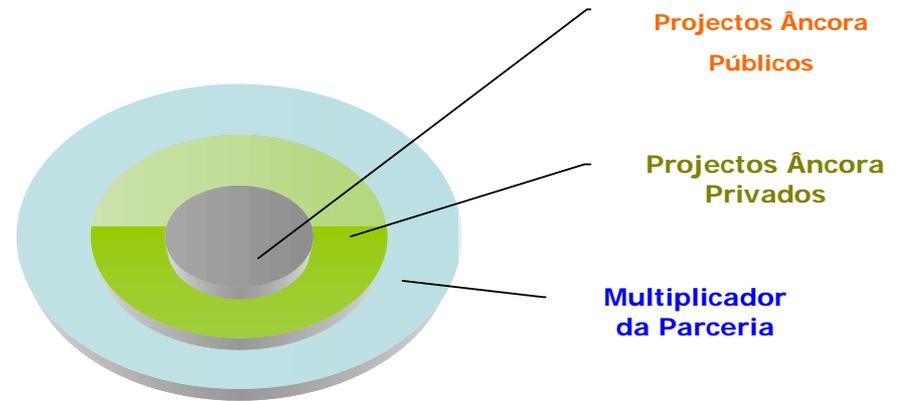




Tabela 13: REGIÃO SUL - Resumo dos Programas e Projectos Líderes

<p>Programa de intensificação agrária:</p> <p>PROJECTO S1: Processamento de arroz PROJECTO S2: Processamento de hortícolas, fruta e carne; PROJECTO S3: Processamento de caju PROJECTO S4: Processamento de coco PROJECTO S5: Outras indústrias</p>	<p>Programa de Desenvolvimento Mineiro:</p> <p>PROJECTO S9: Exploração das areias pesadas em Chibuto – titânio para exportação para a indústria automóvel e para a indústria de ferro, aço e tintas; PROJECTO S10: Gás de Pande/Temane PROJECTOS S11: Projectos previsto para Chigubo, Funhalouro, Chokwe-Macarretane e Magude;</p>
<p>Programa de Desenvolvimento Turístico:</p> <p>PROJECTO S6: Massingir como zona de transição entre o Kruger Park e a Costa de Moçambique PROJECTO S7: Sub-hub na região de Macarretane PROJECTO S8: Desenvolvimento de infra-estruturas nas praias do Bilene, Xai-Xai, Chidenguele, Tofo e Vilanculos</p>	<p>Programas Transversais e Sociais:</p> <p>PROJECTO S12: Combate ao HIV-SIDA PROJECTO S13: Combate à malária PROJECTO S14: Mitigação e prevenção de calamidades naturais cíclicas. PROJECTO S15: Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV)</p>



Tabela 14: REGIÃO CENTRO - Resumo dos Programas e Projectos Líderes

Programa de desenvolvimento agrário:

PROJECTO C1: Sistema agrícola integrado para o planalto de Angónia
 PROJECTO C2: Desenvolvimento pecuário
 PROJECTO C3: Produção intensiva de arroz
 PROJECTO C4: Processamento de carne
 PROJECTO C5: Horticultura baseada no estudo elaborado pela TechnoServe e lançado a nível nacional sobre a horticultura no corredor da Beira.

Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas e Turismo

PROJECTO C12: Linha de Sena e outras infra-estruturas relacionadas, como os portuários
 PROJECTO C13: Construção das auto-estradas Tete-Chiuta e Chifunde
 PROJECTO C14: Comunicações
 PROJECTO C15: O turismo e conservação considerando o Chimanimani, parque nacional de Gorongosa, Reserva do Gile, reserva do Derre, coutadas 6 e 9 entre outros.

Programa de Desenvolvimento Industrial

PROJECTO C6: Exploração dos magnetites do Monte Muande
 PROJECTO C7: Exploração do calcário de Cheringoma
 PROJECTO C8: Exploração de areias pesadas de Micaúne, Muio e Deia
 PROJECTO C9: Projecto de Carvão em Tete
 PROJECTO C10: Exploração de gás em Búzi e pesquisa sistemática de hidrocarbonetos
 PROJECTO C11: Projecto de Tantalite de Marropino

Programas Transversais e Sociais:

PROJECTO C16: Combate ao HIV-SIDA
 PROJECTO C17: Combate à malária e outras doenças infecciosas
 PROJECTO C18: Programa de saúde reprodutiva
 PROJECTO C19: Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV)



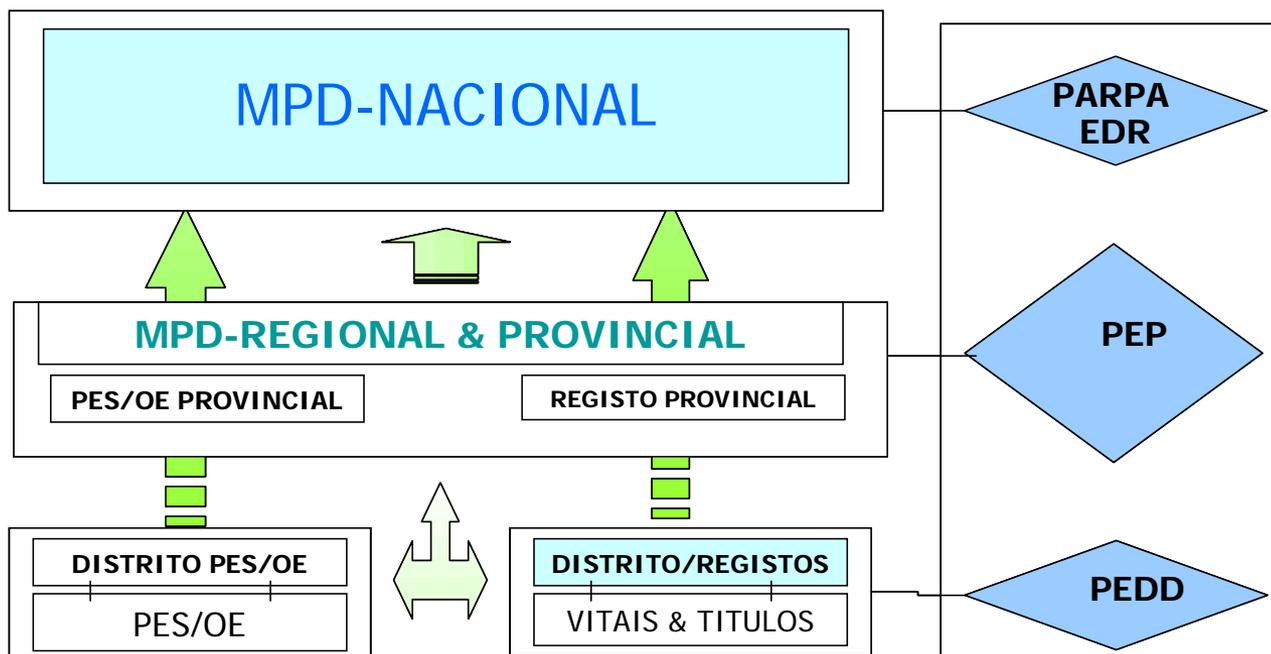
Tabela 15: REGIÃO NORTE – Resumo dos Programas e Projectos Líderes

<p>Programas agrícolas e agro-industriais:</p> <p>PROJECTO N1: Exploração e processamento integrado do caju; PROJECTO N2: Expansão e processamento do sisal; PROJECTO N3: Algodão e indústria têxtil associada; PROJECTO N4: Fruticultura e produção de sumos; PROJECTO N5: Indústria de tabaco; PROJECTO N6: Produção de oleaginosas e indústria de óleos.</p>	<p>Programa de Industrial Mineira:</p> <p>PROJECTO N14: Exploração das areias pesadas de Moma e derivados; PROJECTO N15: Exploração de fosfato de Evate (Nampula) para produção de fertilizantes; PROJECTO N16: Exploração do sal; PROJECTO N17: Exploração de grafite; PROJECTO N18: Produção de soda caústica; PROJECTO N19: Exploração de pedras semi-preciosas; PROJECTO N20: Pesquisa de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma.</p>
<p>Programa da Indústria Turística:</p> <p>PROJECTO N7: Restauração da Ilha de Moçambique; PROJECTO N8: Desenvolver turismo nas Chocas.</p>	<p>Programas Transversais e Sociais:</p> <p>PROJECTO N21: Combate ao HIV-SIDA; PROJECTO N22: Combate à malária e outras doenças infecciosas;</p>
<p>No Corredor de Mutwara:</p> <p>PROJECTO N9: Ponte sobre o Rovuma; PROJECTO N10: Produção e processamento integrado de caju; PROJECTO N11: Exploração e processamento de madeira; PROJECTO N12: Exploração de grafite e de mármore; PROJECTO N13: Turismo combinado entre a costa de Cabo Delgado e fauna.</p>	<p>PROJECTO N23: Água potável e nutrição. PROJECTO N24: Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV)</p>

**Tabela 16: RESUMO GERAL DOS PROGRAMAS E PROJECTOS
ÂNCORA E LIDERES**

REGIÕES	ECONÓMICOS	TRANSVERSAIS E SOCIAIS	TOTAL
Sul	11	4	15
Centro	15	4	19
Norte	20	4	24
TOTAL	46	12	58

Figura 16: Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD)



PARPA = Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
 EDR = Estratégia de Desenvolvimento Rural
 PD = Pólo Regional de Desenvolvimento (e.g. GPZ, Corredores)
 Registos Vitais = Nascimentos, Óbitos, Identificação Pessoal,
 etc.

OE = Orçamento de Estado
 PES= Plano Económico e Social
 Títulos = Registo de Móveis e Imóveis
 PEDD = Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital

TABELA 18: Etapas de Implementação e Orçamentação da Fase 1A da EDR: 2006-2009

ETAPA I: 2006-2014		ETAPA II: 2015-25
FASE 1A: 2006-2009	FASE 1B: 2010-2014	A DEFINIR APÓS AVALIAÇÃO DA ETAPA I
IMPLEMENTAÇÃO DA FASE 1A DA EDR: Acções Imediatas Prioritárias	CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DA EDR	
<ul style="list-style-type: none"> •Aprovação oficial e formal da EDR; •Definição dos termos de referência e composição do Mecanismo de Promoção e Coordenação do Desenvolvimento Rural Integrado; •Criação duma Autoridade para a Competitividade; 		
<ul style="list-style-type: none"> •Imediatamente após a aprovação da EDR o MPD deve: <ul style="list-style-type: none"> ◦Executar um programa de disseminação ampla da EDR, por diversos meios (seminários, artigos de divulgação nos média, pesquisas aprofundadas, etc.) ◦Fornecer metodologias orientadoras para a elaboração de planos de acção a diferentes níveis, inspirados e consistentes com a EDR; •Investigação e preparação de metodologias de dados estatísticos rurais, de nível distrital e de localidade, para a monitoria do desempenho da economia rural. Isto requer um trabalho aprofundado de pesquisa e criação de sistemas de recolha de dados estatisticamente representativos a nível nacional. 		
<ul style="list-style-type: none"> •MPD, MF e INE devem aprofundar a análise sobre as implicações do cenário de crescimento económico mais promissor para a prossecução da visão da EDR, nomeadamente as implicações da proposta de alocação financeira e de investimento proposta. 		
<ul style="list-style-type: none"> •O MPD, conjuntamente com os Ministérios associáveis aos projectos âncora, devem avaliar o estágio em que se encontram os projectos indicativos, e outros que entretanto surjam; •Monitoria e actualização periódica do estado de situação da carteira de projectos âncora rurais. •Montagem de banco de dados no MPD e nas Províncias para monitoria do desenvolvimento sócio-económico dos Distritos. 		
<ul style="list-style-type: none"> •Acompanhamento do Desenvolvimento Económico Local (DEL) e dos Grupos de Referência. 		

EM RESUMO: QUAL O CONTRIBUTO DA EDR PARA O PARPA-II?

OPORTUNIDADES?

**Algumas, dependendo da
vontade política dos
decisores, a qual será
cruciais para o progresso
futuro!**

CONSTRANGIMENTOS?

**São muitos e de variados
tipos, incluindo
Adversários muito
Específico
(desde os corruptos aos que se servem da
feitiçaria)**

EM RESUMO: QUAL O CONTRIBUTO DA EDR PARA O PARPA-II?

DESAFIOS?

Inúmeros e quase insuperáveis ... sobretudo, para quem é rural e, mais ainda, deseja continuar a ser rural!

Mas ... se assim não fosse ...

... não precisaríamos duma Estratégia –

a EDR!